Ata da 139ª Reunião Ordinária do CES - Conselho Estadual de Saúde

Aos vinte sete dias do mês de marco de dois mil e oito, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Prédio Luis Eduardo Magalhães, Avenida Luis Viana Filho, s/nº, Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho, Dr. Jorge José Santos Pereira Solla - Presidente do Conselho, Carmen Célia Carvalho Smith, Tereza Cristina Bomfin de Jesus Deiró, Jedson dos Santos Nascimento, Jecé Freitas Brandão, Francisco José Sousa e Silva, Josivaldo de Jesus Goncalves, Márcia Cristina Graca Marinho e Silene Ribeiro Martins, (Conselheiros Titulares), Gleide Lúcia Ramos Góis de Oliveira, Ednésio Oliveira de Jesus, Izolda Souza Cardoso, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Luiz Delfino Mota Lopes, William de Carvalho Regis e Maria Madalena Fernandes de Souza, (Conselheiros Suplentes), Sra. Elisabete Lima de Morais - Secretária Executiva do CES, do Presidente da Assembléia Legislativa Marcelo Nilo, Deputado José das Virgens, e da Deputada Fátima Nunes para a reunião do CES/Ba. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão saudando os deputados presentes e em seguida colocou a ata da 138ª reunião ordinária do CES em discussão e votação, que foi aprovada à unanimidade. Em seguida convidou para tomar posse a Senhora Gleide Lúcia Ramos Góis de Oliveira, para compor o CES - Conselho Estadual de Saúde, como representante suplente da Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal do Salvador, em substituição a Maria Luisa de Castro Almeida. O Senhor Presidente fez a leitura das Comunicações da Presidência: 1. Cumprindo a Portaria/GM nº 1490 de 20/06/2007, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal n°2408/04, tendo como objetivo a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - CNCDO'S no valor de R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais). 2. Cumprindo a Portaria/GM nº 1490 de 20/06/2007, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal n°3361/04, tendo como objeto Apoio ao Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira no valor de R\$220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais). Resoluções da CIB - Comissão Intergestores Bipartite: Resolução CIB nº 36/2008 - Aprova a homologação do Termo de Compromisso de Gestão Municipal do município de Inhambupe, de acordo com a Portaria 699/GM de 30 de março de 2006. 2. Resolução CIB nº 37/2007 - Retifica a Resolução CIB Nº 175/2007, incluindo a atualização, manutenção e envio de banco de dados dos Sistemas SIAB, SIA, SIH e SCNES, e acrescentando os seguintes municípios: Maraú, Castro Alves, Oliveira dos Brejinhos, Baixa Grande e Curaçá sob responsabilidade da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. 3. Resolução CIB nº 38/2008 - Aprova o repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Macaúbas e Paramirim devido à municipalização das unidades hospitalares destes municípios - conforme Decreto do Governador nº 10334/04 - 2007. 4. Resolução CIB nº 39/2008 -Adere aos termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 3.237 de 24 de dezembro de 2007 e define os valores pactuados das contrapartidas do Estado e dos Municípios. 5. Resolução CIB nº 40/2008 - Aprova o Programa de Saúde Penitenciária do município de Jequié. 6. Resolução CIB nº 41/2008 - Aprova parecer referente às solicitações dos servidores da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, cedidos à Secretaria Estadual de Saúde da Bahia - SESAB. 7. Resolução CIB nº 42/2008 -Aprova o Credenciamento das Equipes de Saúde Bucal, Equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, dos seguintes municípios: Rafael Jambeiro, Santo Estevão, Ibiassucê, Várzea do Poço, Glória, Juazeiro, Malhada, Ubaíra e Poções. 8. Resolução CIB nº 43/2008 - Aprova o Termo de Adesão ao PHPN - Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento do município de Potiraguá. 9. Resolução CIB nº 44/2008 - Aprova o Credenciamento de 07 Agentes Comunitários de Saúde, totalizado 156 ACS no município de Irecê. 10. Resolução CIB nº 45/2008 - Aprova a Proposta de repasse de recursos relativos a futuras Campanhas de Vacinação Anti-Rábica direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. 11. Resolução CIB nº 46/2008 - Aprova as datas para realização da Seleção Pública para Agentes de Combate às Endemias - ACE no Estado da Bahia. 12. Resolução CIB nº 47/2008 - Aprova a criação do Relatório Semestral de Prestação de Contas da Assistência Farmacêutica Municipal. 13. Resolução CIB nº 48/2008 -Aprova a forma de pactuação entre Estado e Municípios e o elenco de referência do componente da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica para cumprimento da Portaria MS nº 3.237/07 a ser considerado no cumprimento da contrapartida Municipal e Estadual até a conclusão da revisão da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais. 14. Resolução CIB nº 49/2008 - Aprova o fluxo de Credenciamento de Equipes de Saúde da Família - ESF, Equipes de Saúde Bucal - ESB, Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. 15. Resolução CIB nº 50/2008 - Aprova a habilitação do Hospital Universitário Professor Edgard Santos - HUPES, como Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e Cardiovascular. 16. Resolução CIB nº 51/2008 - Aprova as Propostas de Operacionalização da Vigilância do Óbito Materno e Infantil para o Estado da Bahia. 17. Resolução CIB nº 52/2008 -Aprova critérios para Assunção do Comando Único da MAC pelos Municípios quando da Adesão ao Pacto pela Saúde. 18. Resolução CIB nº 53/2008 - Aprova a definição da área de abrangência do Projeto de Cirurgias Eletivas dos municípios Catú, Lauro de Freitas, Cruz das Almas, São Félix, Irecê e Alagoinhas e municípios de sua área de abrangência. 19. Resolução CIB nº 54/2008 - Aprova a tabela SESAB para pagamento de prestação de serviços hospitalares de leitos de retaguarda para pacientes sob cuidados prolongados. 20. Resolução CIB nº 55/2008 - Aprova a criação do Programa de Apoio Financeiro aos Municípios para aquisição de Ambulâncias de Transporte a ser regulamentado por Portaria da SESAB. 21. Resolução CIB nº 56/2008 - Aprova o Termo de Compromisso do Programa Medicamento em Casa para o Estado e Municípios. Destacou a Resolução nº 54/2008, que gostaria de submeter ao CES por se tratar da definição de uma

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

55

56

57

58

tabela de valores para contratação de leitos de retaguarda para pacientes sob cuidados prolongados. Nós aprovamos na CIB e gostaríamos de submeter a esse Conselho no que ocorrer. As demais são relacionadas ao credenciamento de servicos em vários municípios do Estado. Chamou à atenção para as Resoluções nº50/2008, que trata da habilitação do Hospital das Clínicas da UFBA - Universidade Federal da Bahia, como Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e Cardiovascular, e a Resolução nº 55/2008 que aprovou o Programa de Apoio Financeiro aos Municípios para aquisição de Ambulâncias de Transporte a ser regulamentado por Portaria específica. Salientou que conforme ficou combinado na reunião passada, os Conselheiros que fazem parte da Comissão Permanente de Acompanhamento Orcamentário já estão trabalhando desde a reunião anterior na elaboração da Prestação de Contas do Quarto Trimestre, com os colegas do FES/BA - Fundo Estadual de Saúde. Ficamos hoje de fazer uma Apresentação Geral do Exercício 2007. Ressaltou que o CES nesta gestão passou a apresentar a prestação de contas trimestralmente. Apesar de estarmos em final de trimestre nós estamos fazendo agora essa apresentação, e como fechou o ano nós vamos fazer um balanço geral. A situação encontrada já é do conhecimento dos senhores, não vou detalhar aqui os baixos indicadores de saúde do Estado da Bahia em relação à Região Nordeste; A dívida encontrada foi superior a R\$206.000.000,00 (duzentos e seis milhões de reais); *Com relação ao Descumprimento das Contrapartidas Financeiras, o Estado da Bahia não cumpria as contrapartidas relacionadas ao SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, PSF- Programa de Saúde da Família, Farmácia Básica e Programa de AIDS; Havia Carência de Profissionais de Saúde; Precarização da Força de Trabalho; A Distribuição inadequada dos serviços especializados no Estado. Mencionou que foi encontrada a rede de hospitais estaduais sucateada e desabastecida; Carência de leitos, especialmente os de maior resolutividade, leitos de UTI - Unidade de Terapia Intensiva; Insuficiência de equipamentos; Não havia cumprimento da programação de medicamentos; Irregularidades contratuais as mais diversas desde o contrato da COOPAMED - Cooperativa de Assistência Médica do Estado da Bahia que tinha uma decisão judicial desde o ano de dois mil e cinco, para que não fosse renovado passando pela operação "jaleco branco" que vocês acompanharam e as fragilidades do mecanismo da gestão estadual. Balanço das ações que foram definidas como prioritárias neste ano: A implantação da Rede Baiana da Farmácia Popular no Brasil, ao final do ano de dois mil e sete nós já tínhamos cinco lojas em funcionamento e ficaram vinte cinco em fase de implantação para esse primeiro semestre. Dessas vinte cinco, três já foram abertas no início de março, e durante o mês de abril teremos dezessete lojas inauguradas no interior do Estado, todas em parceria com a EBAL - Empresa Baiana de Alimentos, com a Cesta do Povo. Quanto á recriação da BAHIAFARMA informou que a primeira fase das obras da primeira unidade produtiva em Vitória da Conquista praticamente está concluída. A negociação com o Ministério da Saúde está avançando bastante. A Cooperação Técnica com a FIOCRUZ/Farmanguinhos está em fase final, em breve deverá ser assinado o convênio entre o Governo da Bahia e a FIOCRUZ para transferência tecnológica, para produção de medicamentos pela BAHIAFARMA. Mencionou que quando ela foi fechada pelo governador Paulo Souto no ano de mil novecentos e noventa e nove, o Estado perdeu não só a empresa em si, mas, todo o expertise que tinha. Não tem mais corpo técnico nem acúmulo nenhum, está sendo retomada com o apoio da FIOCRUZ, também o Programa Medicamento em Casa que vai permitir facilitar o acesso para as doenças crônicas como hipertensão, diabetes e distribuição de métodos de planejamento familiar. Informou que a SESAB está iniciando o Teste de Campo em Lauro de Freitas, Camacari, Madre de Deus e Salvador com algumas equipes do Programa de Saúde da Família. O Hospital da Criança em Feira de Santana está com o projeto em fase avançada, os projetos arquitetônicos já estão sendo desenvolvidos, até o final de abril é o prazo que a empresa que ganhou a licitação tem para entregar esses projetos, e paralelo à construção do Hospital da Criança que vai ser vizinho ao Hospital Clériston Andrade já estamos com várias reformas em curso naquele hospital com referência ao Programa QUALISUS nós vencemos todas as pendências encontradas junto ao Ministério da Saúde, e vamos iniciar em breve a licitação provavelmente até o final de abril para as obras nessas unidades. O Projeto de Cirurgias Eletivas está dependendo da aprovação do Ministério da Saúde. Quanto a Internação Domiciliar decidimos não aguardar a regulamentação do Ministério que não foi agendada ainda, e implantar inicialmente um projeto com vinte três equipes, quatorze em Salvador e Lauro de Freitas, nove em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié e Vitória da Conquista. Estamos em fase avançada do processo já chamando alguns profissionais, vamos começar capacitação faltando apenas fechar o aluguel de veículos para iniciar a implantação. Os Laboratórios Públicos Regionais terão o apoio do LACEN, e já foi inaugurado o novo Laboratório Público Regional em Vitória da Conquista, está em fase de implantação e projetos em Teixeira de Freitas, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Ilhéus, Senhor do Bonfim que será inaugurado dia 04 de abril de dois mil e oito, e Barreiras. O SAMU vocês acompanharam, os projetos que foram feitos no ano passado e foram aprovados pelo Ministério: Metropolitano de Salvador, Litoral Norte, Guanambi, Bom Jesus da Lapa e Paulo Afonso (Regionais), e Municipal de Senhor do Bonfim. Informou que Guanambi abrange 09 (nove municípios), Bom Jesus da Lapa 04 (quatro municípios) e Paulo Afonso 02 (dois municípios). Mencionou que estão em análise ainda no Ministério os Projetos Regionais de Alagoinhas, Brumado e Livramento de Nossa Senhora, e está em fase de elaboração Projetos para Irecê, Teixeira de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Serrinha, Itapetinga, Gandu e Itaberaba, Barreiras a prefeitura desistiu. O Projeto do Hospital do Litoral Norte a Prefeitura de Camaçarí está avançando na elaboração do projeto executivo. *Destacou algumas informações sobre as áreas relacionadas sobre a Vigilância à Saúde, lembrando inicialmente a epidemia de sarampo que ocorreu em todo o ano de dois mil e seis, e em apenas quarenta dias no início do ano passado conseguimos vacinar cerca de 1.000.200.000 (um milhão e duzentas mil pessoas), mais do que dobro de todo o ano de dois mil e seis e obviamente isso teve um impacto positivo para debelar e acabar a trasmissibilidade e a epidemia. Informou alguns dados sobre as das ações de vacinação: 1. Contra Gripe chegamos a 87,62% vacinados maiores de sessenta anos; 2. Contra a Raiva

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69 70

71

76 77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

126

também superamos as metas de vacinação; 3. Contra Poliomielite na primeira etapa alcançamos quase 96%, na segunda quase 97%. Mencionou que a SESAB realizou um Simulado de Gripe Aviária com resultado positivo desenvolvido aqui em Salvador. Informou que foi criada a Coordenação Estadual de Vigilância às Emergências de Saúde Pública – CEVESP que está tendo um desempenho positivo, a Unidade de Resposta Rápida - URR funcionando, sendo acionada vinte quatro horas por dia todos os dias da semana. Foram contratados diversos sanitaristas para reforçar as equipes nas várias áreas. A Criação da Unidade Gestora de Vigilância Epidemiológica que não existia. Foi feito Acompanhamento e controle do surto de Meningite Viral em Salvador. Apresentou alguns números das ações desenvolvidas pela Vigilância Epidemiológica:

AÇÕES DESENVOLVIDAS	2007
Municípios monitorados	417
Eventos realizados	171
Profissionais capacitados	5.646
Investigações epidemiológicas realizadas	29.086
Animais vacinados	2.872.442
Doses de vacina distribuídas	21.662.628

127 128

Apresentou também uma cobertura por vacina:

129

IMUNOBIOLÓGICOS	2007 em %
BCG	110,09
Contra poliomielite	101,71
Rotavírus oral	69,63 (**)
Tetravalente	100,60
Contra hepatite b	96,17
Contra febre amarela	97,58
Tríplice viral (1 ano)	104,35

130 131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

Ressaltou que a vacina Rotavírus em dois mil e seis, estava recentemente introduzida. De dois mil e seis para dois mil e sete a cobertura vacinal aumentou em 81.4%, quase dobrou comparando esses dois anos. Os Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais também ampliaram bastante as vacinas aplicadas, foi um aumento de 23,5% de Imunobiológicos Especiais administrados. Saímos de 89.684 no ano de dois mil e seis, para 110.758 (+ 23,5%) em dois mil e sete. Informou que houve uma redução importante no número de casos de hepatites virais comparando os anos de dois mil e seis com dois mil e sete, foram 4.424 (quatro mil, quatrocentos e vinte quatro) casos de hepatite viral no ano de dois mil e seis, contra 2.354 (dois mil, trezentos e cinquenta e quatro) casos em dois mil e sete, 53% em relação ao ano anterior. Ressaltou que apesar de toda a divulgação que os casos de meningite tiveram no ano passado e apesar de que cada óbito de meningite ganhava uma página no jornal, nós tivemos no ano passado 100 (cem) óbitos de meningite contra 125 (cento e vinte cinco) no ano de dois mil e seis, 1442 (mil quatrocentos e quarenta e dois) casos, houve um aumento na incidência, mas uma redução na letalidade, enquanto a letalidade no ano de dois mil e seis foi de 17,8, em dois mil e sete caiu para 7,5, quase um terço da letalidade de dois mil e seis. O aumento do número de casos conforme foi reiteradamente divulgado pela Vigilância Epidemiológica se deveu a ampliação de ocorrência de meningite viral, que é uma meningite que tem baixa letalidade, foi de 0,6, foi aqui que teve o grande aumento do número de casos, triplicou em relação a dois mil e seis, as demais formas de meningite a incidência reduziu bastante. Informou que a meningite meningocócica que foi a incidência de 1,00 (um) em dois mil e seis caiu para 0,67, reduziu de 140 (cento e quarenta) casos para 95 (noventa e cinco). Tuberculose reduziu de 11 (onze) para 8 (oito). Bacteriana em geral reduziu de 270 para 129. Meningite viral foi onde ocorreu um aumento no número de casos com a redução da natalidade. O Tétano Neonatal não apresentou nenhum caso no ano de dois mil e sete, contra dois casos em dois mil e seis com um óbito, espero que a gente continue isento de tétano neonatal no Estado à partir de agora. O Tétano Acidental aconteceram 15 (quinze) casos em dois mil e seis, 16 (dezesseis) casos em dois mil e sete. Leishmaniose Visceral teve uma redução grande da ocorrência, um terço do que foi em dois mil e seis, era 2,4/100.000 hab., caiu para 0,8/100.000 hab. Leishmaniose Tegumentar também teve uma redução importante, de 16,8/100.000 hab. para 6,3/100.000 hab. A Dengue teve em dois mil e cinco 23.724 casos, uma incidência de (171,7/100.000 hab), dois mil e seis foi de (100,6/100.000 hab), e em dois mil e sete estamos em (89/100.000 hab), mas, estamos no final do primeiro trimestre com 12.529 casos, a tendência é que esse ano a gente venha a ter mais casos do que no ano passado no Estado. Mencionou que houve uma redução da Tuberculose, saímos de 6.047 (seis mil e quarenta e sete) casos em dois mil e seis para 4.664 (quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro) em dois mil e sete de todas as formas dessa doença. Pontuou que houve também uma redução significativa da AIDS, foram 579 casos novos em dois mil e seis, caiu para 258 casos em dois mil e sete. A ação do LACEN - Laboratório Central, teve um aumento muito importante, foram 444.764 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro) exames em dois mil e seis, passou para 711.351 (setecentos e onze mil e trezentos e cinquenta e um) exames em dois mil e sete, um aumento de quase 60% na produção realizada pelo Laboratório Central do Estado. O LACEN fez Visitas Técnicas realizadas a 110 (cento e dez) unidades laboratoriais e está tomando a frente desse projeto dos laboratórios regionais. Apresentou com relação as ações desenvolvidas pela Vigilância Sanitária, destacando-se o número de Inspeções realizadas que foi de 5.300 (cinco mil e trezentos); 978 Pessoas treinadas; 186 Análises de Projetos Arquitetônicos de Servicos de Saúde; 80 Análises de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Servicos de Saúde. A Vigilância à Saúde do Trabalhador mostra dados que nós somamos do CESAT com os CEREST, não é apenas em Salvador, é no conjunto da atuação desses centros de referencia no Estado: foram 2.687 (dois mil seiscentos e oitenta e sete) de Estabelecimento de nexo causal; 15.106 Consultas outros profissionais de saúde de outras categorias; 8.120 Consultas em Medicina do Trabalho. *Quanto à Assistência Farmacêutica informou que houve na Farmácia Básica uma ampliação importante dos estoques e da distribuição, esse número apresentado fala por si só, enquanto em dois mil e seis os gastos com recursos do Tesouro Estadual foram na ordem de R\$ 4.418,00 (quatro mil, quatrocentos e dezoito reais) com medicamentos básicos; em dois mil e sete foram gastos R\$ 13,4 milhões. Para esse ano a nossa expectativa é chegar a R\$ 21.000.000,00 (vinte um milhões de reais) em medicamentos básicos distribuídos com os municípios. Informou que em dois mil e seis o Tesouro Estadual gastou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com medicamentos para Saúde Mental; em dois mil e sete foram gastos R\$ 2,3 milhões com esses medicamentos. Pontuou que houve uma grande ampliação do acesso aos Medicamentos de Dispensação Excepcional (Alto Custo). No ano passado chegamos a quase 39.142 pacientes atendidos com Medicamentos no Programa de Dispensação de Medicamentos de Alto Custo. A fila de espera de tratamento de Hepatite C foi encontrada com 169 pacientes em espera. Em janeiro de dois mil e sete foi zerada, em julho de 2007 já eram 226 pacientes novos em tratamento; Foi ampliado o diagnóstico também através do apoio importante do HUPES da UFBA. Começamos a Descentralização do acesso para os pólos regionais, saímos de R\$ 37,8 milhões em dois mil e seis, para R\$ 61 milhões em dois mil e sete. Informou que através da Gestão da Assistência Farmacêutica foram contratados 109 farmacêuticos concursados pela SESAB e com isso ampliou a parceria técnica com os municípios. Quanto a evolução dos investimentos em Assistência Farmacêutica, esclareceu que em dois mil e seis o orcamento total com medicamentos era de R\$ 72.100.000 (setenta e dois milhões de reais), foi descentralizado 93,18% disso e efetivamente pago no período R\$ 54.067.077 (cinqüenta e quatro milhões, sessenta e sete reais e setenta e sete centavos). No ano de dois mil e sete o orçado inicial era de R\$ 84.630.000,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e trinta mil reais), nós aumentamos os recursos descentralizando R\$ 101.849.176,00 (cento e um milhões, oitocentos e quarenta nove mil e cento e setenta e seis reais) com medicamentos, e foram pagos no período R\$ 87.159.515 (oitenta e sete milhões, cento e cinquenta e nove mil e quinhentos e quinze reais), o restante ficou em restos a pagar. Os gastos no ano de dois mil e sete foi de R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais), sendo R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) do Tesouro Estadual (48,2%), e R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) de Transferências Federais. Pontuou que na Ampliação da oferta de procedimentos ambulatoriais na Rede SUS, foi feita uma comparação entre os anos de dois mil e sete com dois mil e seis. Em dois mil e sete em todas as unidades do SUS-Ba houveram um aumento de 5,26% na Atenção Básica; 3,16% na Média Complexidade; 28,73% na Alta Complexidade; destacou a Terapia Renal Substitutiva que teve um aumento de 8,76%; 34,89% em Medicamentos de Alto Custo e Hemoterapia 10,45%. Nós tínhamos encontrado o banco de sangue fechado em Juazeiro e em Senhor do Bonfim, os dois foram reabertos, no norte do Estado não tinha um banco de sangue funcionando, já estão os dois em funcionamento. A Ampliação do Incentivo Estadual para a Saúde da Família aumentou em 37%, o valor mínimo passou para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), os municípios com mais de 100.000 habitantes não recebiam recursos para a Saúde da Família, inclusive Salvador, Feira de Santana, Itabuna e Vitória da Conquista, todos os municípios com mais de 100.000 habitantes não recebiam nenhum recurso do Governo do Estado para financiamento da Atenção Básica, é bom lembrar que esses municípios juntos reúnem mais de 45% da população do Estado. Enfatizou que o incentivo de Saúde da Família só alcançava a metade da população do Estado se toda ela estivesse coberta com Saúde da Família, desde o início do ano passado todos os municípios com mais de 100.000 habitantes estão recebendo com isso, um aumento de 37%. A ampliação da cobertura do PSF para 51,9%; (Um aumento de Aumento de 10% na % de municípios com cobertura > 35%); Ressaltou que entre alguns dados de eventos realizados, está o resultado daquele trabalho que foi discutido no CES com o Ministério Público Federal do Trabalho, com o Ministério Público Estadual e outras instituições. Foi possível viabilizar a aprovação da Lei Municipal para regularizar a contratação dos Agentes Comunitários no quadro em 197 municípios, como muitos deles são municípios com grande número de Agentes Comunitários, mais da metade dos referidos Agentes, hoje estão em municípios que já regularizaram um vínculo, tinha apenas três ou quatro municípios no início do ano que tinham aprovado a Lei e conseguimos chegar ao final do ano com mais da metade dos agentes em municípios com regularização do vínculo; Foram implantadas 05 equipes de saúde prisional no complexo penitenciário em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos. Na Ampliação de Serviços Especializados destacou a implantação da Neurocirurgia em Barreiras e Feira de Santana, por incrível que pareça o Hospital Clériston Andrade vai fazer vinte cinco anos, e Feira é a segunda maior Cidade do Estado da Bahia e nunca tinha tido neurocirurgia neste hospital. Nós estamos agora com uma equipe atuando em Feira de Santana e Barreiras, fechamos o ano passado com essa atividade e no início desse ano já começamos em Ilhéus também. *Na Ampliação da Oferta de Cirurgias Cardíacas Pediátricas o Hospital Santa Isabel passou para 20 por mês e o Hospital São Rafael 12 cirurgias por mês, houve incremento da oferta de procedimentos de cardiologia cirúrgica adulto e pediátrica no Hospital Ana Nery; A Redefinição da Rede Estadual de Atenção em Oncologia; Implantação do Projeto de Rastreamento Diagnóstico de Câncer de Mama (Região Norte) região de Juazeiro, nós estamos negociando com o Hospital Aristides Maltez para implantar também na região de Jacobina. Ampliação da

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175 176

177

178 179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

oferta de cirurgias traumato-ortopédicas em Salvador; Implantação do SAMU de Porto Seguro; Funcionamento de serviço de Densitometria Óssea no CREASI - Centro de Referência Estadual de Atenção à Saúde do Idoso; Implantação de 09 novos Serviços de Reabilitação no Estado. O Senhor Presidente fez alguns destaques na Ampliação do número de Procedimentos Executados na Rede da SESAB em dois mil e sete na Rede Própria. Os hospitais da Rede da SESAB tiveram um aumento de 10,7% na produção ambulatorial no ano passado; Teve um aumento de 7,41% na produção de internações hospitalares em todas as especialidades, tiveram ampliações importantes; Os Centros de Referência CREASI, CREAIDS, CEPRED, CEDEBA, tiveram um aumento de 41,9% na sua produção, principalmente em função da contratação de médicos que nós fizemos em maio naquela seleção pública e ampliou bastante o quadro desses centros que estava desfalcado; Os gastos com leitos de UTI aumentaram em 50%; Os Transplantes aumentaram em 59,4%. Ampliação do número de procedimentos executados pelos Centros de Referências da SESAB em dois mil e sete, apenas o CRADIS - Centro de Referência do Adolescente teve uma produção menor em dois mil e sete que em dois mil e seis. Todos os demais tiveram uma ampliação importante com destaque para o CREAIDS 67,63% a mais de oferta de serviços; CREASI 57,18%; CEDEBA 49,15%. Ampliação de Serviços Especializados, o CREAIDS aumentou em 326.704 % dos procedimentos; 135% dos exames laboratoriais realizados; Aumentou 141% de ampliação na Dispensação de Medicamentos pelo CREAIDS. O CIAVE - Centro de Referência Anti-Veneno também teve uma ampliação importante dos serviços prestados. O CEPRED teve um aumento de 14,4%, foram concedidas 88.321 órteses, próteses, bolsas de ostomia e meios auxiliares de locomoção para 13.228 usuários atendidos, neste número não estão incluídos os usuários que tiveram dispensação de órteses e próteses em Centros de Referências localizados no interior do Estado. Temos Centros do SUS em Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro que fazem também dispensação desses produtos, mas, estamos apresentando apenas do CEPRED em Salvador. O CEDEBA matriculou 4.912 pacientes; o CICAN - Centro de Referencia Estadual em Oncologia teve uma ampliação Transplantes de Órgãos: foram realizados 303 transplantes em dois mil importante também de vários procedimentos. e sete, com 59,4% de aumento; 186 transplantes de córneas que aumentou 66%; 68 transplantes renais, aumentando 119%; 36 transplantes de fígado, aumentou 157%; 13 transplantes de medula óssea, foi o único que teve uma redução em função do Hospital Português ter parado a realização desse tipo de transplante, mas, em abril deste nós estaremos inaugurando o serviço do Hospital das Clínicas da UFBA, e o Hospital Português está em negociação para retomar a realização, estão precisando remontar a equipe porque estão sem equipe para dar conta das necessidades, realizou 60,6%; Aumentou em 162% a captação de doações de múltiplos órgãos; O Ministério da Saúde escolheu o Estado da Bahia para o Lançamento da Campanha Nacional de Transplantes de Órgãos esse ano; Foi reativado o transplante renal em Itabuna; Foi feita a captação de múltiplos órgãos em Itabuna, Vitória da Conquista e Feira de Santana que antes era realizada apenas em Salvador; Projeto para estruturação de Centro de Transplante de Medula Óssea, Hospital Dia e Enfermaria de Oncohematologia no HUPES/UFBA. Unidades da SESAB que no geral, conta com 27 Hospitais em gestão direta; 13 Hospitais Terceirizados, somando 40 hospitais; 04 Pronto Atendimentos; 06 Centros de Referência, somando 50 unidades. Destacou que todos os hospitais de emergências do SUS em Salvador são públicos e estaduais. Os hospitais filantrópicos não têm serviços de emergências, eles atuam também com um peso importante nas internações, nos procedimentos cirúrgicos, mas, não tem porta de entrada de emergência, somou um total de leitos 2.550. Informou que mais da metade dos leitos da rede Estadual são localizados em Salvador, são 2.410 os hospitais do interior do Estado incluindo Lauro de Freitas, Itaparica e Camaçari, se juntar vamos obter em torno de 60% dos leitos que estão na região metropolitana de Salvador. Apresentou um estudo interessante que foi feito onde começou-se a monitorar os gastos dos hospitais e calcular a relação entre gastos hospitalares e os números de leitos. Afirmam que a Gestão pública é ineficiente, é cara, a terceirização entre outras vantagens reduz custos. Esse estudo está mostrando que na verdade os hospitais terceirizados não apresentaram diferença dos hospitais sob gestão direta em relação aos custos. Entre as variáveis que mostraram a importância está no perfil do hospital, por exemplo, o hospital terceirizado mais caro é a maternidade de referência porque tem muitos leitos de UTI neo-natal. O custo da assistência ao recém-nascido de risco é mais caro, os gastos com medicamentos, o cuidado é mais intensivo. O hospital sob gestão direta mais caro é o HGE - Hospital Geral do Estado e na gestão indireta é a Maternidade de Referência. Por outro lado a relação entre serviços e número de leitos, ou seja, algumas unidades hospitalares que tem um custo fixo que não dilui pelo número de leitos, por exemplo, o Hospital João Batista Caribé tem apenas 62 leitos, é um hospital que todo o custo fixo divide por um número de leitos pequeno, da mesma forma que nos terceirizados o Hospital Eládio Lassere tem apenas 42 leitos. As duas variáveis mais importantes não foram rede própria direta ou terceirizada. Em janeiro de dois mil e sete a SESAB gastou R\$ 200.552.764,00 (duzentos milhões, quinhentos e cinqüenta e dois mil, setecentos e sessenta quatro reais) com hospitais terceirizados, em janeiro de dois mil e oito conseguiu-se reduzir para R\$ 161.516.396,96 (cento e sessenta e um milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos) uma redução de quase R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Alguns contratos aumentaram porque houve aumento de metas, a Maternidade de Referência saiu de R\$ 32.525.092,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e vinte cinco mil e noventa e dois reais) para R\$ 40.208.191,20 (quarenta milhões duzentos e oito mil, cento e noventa e um reais e vinte centavos) porque houve aumento de metas, mais leitos de UTI, mais produção, e algumas unidades foram municipalizadas. Em curso negociações para municipalizar: Ibotirama e Jeremoabo. *Recursos Descentralizados para as Unidades de Saúde da Rede Própria, Bahia, 2006 e 2007. Pontuou que tivemos um aumento de 6,33% dos valores descentralizados para essas unidades gestoras, sendo um aumento maior para as DIRES que estavam completamente sucateadas, vocês não fazem idéia de como foram encontradas as regionais. O Conselheiro Luiz Delfino acompanha e sabe disso. Houve uma ampliação dos recursos

221 222

237 238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255 256

257 258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

centralizados para as DIRES apesar de que os termos absolutos não representa um volume tão grande, e nos hospitais foram R\$ 7.969.000,00 (sete milhões novecentos e sessenta e nove mil reais) a mais descentralizados para as unidades hospitalares em dois mil e sete. Pontuou que na Rede Hospitalar o Programa QUALISUS está sendo implantado. Investimentos importantes nos maiores hospitais de Salvador vão começar esse ano com obras e equipamentos. *Regularização abastecimento da rede de medicamentos e insumos: nós encontramos unidades hospitalares com a cirurgia suspensa porque não tinha material de sutura. Todas as unidades estão com os estoques durante todo o ano de dois mil e sete foram viabilizados e regulares. Registro de preços para equipamentos hospitalares e manutenção, hoje inclusive recebemos já a relação de vários equipamentos hospitalares, mobiliários principalmente que tiveram o pregão estabelecido e vamos estar com o registro ativo. Retomada das obras de reforma e ampliação que estavam paralisadas: a) Hospital Ana Nery -Salvador, termina em abril deste; b) Hospital Geral de Juazeiro; c) Hospital Mario Dourado Sobrinho - Irecê, a previsão para a conclusão desses dois hospitais é para o mês de julho provavelmente. Reformas realizadas e concluídas, porque o nível de sucateamento dessa rede era muito grande: a) Hospital Luiz Viana (Ilhéus) - Anexo Psiquiátrico e UTI; b) Hospital Menandro Farias (Lauro de Freitas) - Radiologia, Ortopedia, Cartório de Registro de Nascimento, áreas externas, etc. c) Hospital Roberto Santos - unidade semi-intensiva; d) HGE - Enfermaria de cuidados intermediários. Estamos com Reformas iniciadas em dois mil e sete que continuaram em dois mil e oito em vários hospitais; Contratualização de 22 Hospitais Filantrópicos sob Gestão Estadual; Iniciado Programa Estadual de contratualização de filantrópicos, porque aqueles vinte dois foram hospitais que estavam no programa do Ministério da Saúde de Contratualização dos Filantrópicos, e nós convocamos mais cerca de vinte hospitais para uma etapa específica aqui do Estado. A Federalização do Hospital Ana Nery/Incoba/UFBA, um processo importante em curso, ressaltou que houve uma ampliação muito grande no segundo semestre do ano passado da oferta de serviços depois que ele foi federalizado; Negociados investimentos para novos servicos no HUPES/UFBA: Unidade de Transplante de Medula Óssea, Enfermaria de Oncohematologia e Servico de Referência em Hepatologia; com relação ao Hospital de Santo Antônio de Jesus as negociações em curso estão bem avancadas para ele vir a ser um Hospital Universitário da Universidade Federal do Recôncavo. Projetos de novos hospitais: Hospital da Criança, em Feira de Santana; Hospital do Subúrbio Ferroviário - Salvador. O governador já assinou o decreto, desapropriou a área, nós já estamos fazendo um projeto arquitetônico, até o final de abril ou maio esses projetos estarão prontos para começar a licitação; Hospital Dia Cirúrgico, no Hospital São Jorge em Salvador, firmamos um convênio com o Ministério da Saúde e estamos na fase de elaboração do projeto. Ampliação de Serviços Hospitalares: Foram ativados 60 sessenta leitos de UTI que estavam desativados no início de dois mil e sete: Reativados 20 leitos de UTI no HUPES/UFBA; Reativados 40 leitos de UTI em várias unidades da SESAB. Leitos implantados: 20 novos leitos no Hospital Carvalho Luz; 40 leitos de cuidados intermediários no Hospital Geral do Estado; 60 novos leitos de cuidados prolongados no Hospital Cleriston Andrade, foi a primeira ampliação de leitos nesse hospital desde a sua estória. Ampliação da Produção Ambulatorial nos Hospitais: 2006 - 17.247.165 procedimentos; 2007 - 19.088.120 procedimentos (+ 10,7%). Internações Hospitalares: 2006 – 159.360; 2007 – 171.146 (+ 7,4%). Pontuou que apesar da imagem que tentaram vender de que teria havido redução ou não ampliação de leitos de UTI, não só ampliou o número de leitos como foram reativados leitos que estavam fechados porque deixaram sucateados e com isso tivemos em dois mil e sete o maior aumento do número de internações hospitalares com diárias de UTI do SUS no Estado da Bahia. Foram quase 19% de aumento comparando com dois mil e seis. Anteriormente o maior aumento tinha sido em dois mil e dois de 14%, e dois mil e seis foi o único ano que teve uma redução no número de internações hospitalares realizadas pelo SUS. Enfatizou que isso se deveu aos leitos que encontramos desativados porque 60 leitos de UTI tem um peso importante na capacidade de internação. Apresentou um estudo interessante, dois mil e sete nessa série histórica de dois mil para cá, foi o ano com o menor número de óbitos em internações hospitalares pelo SUS no Estado da Bahia, o maior número ocorreu em dois mil e quatro, foram 19. 812 óbitos em internações hospitalares pelo SUS. *Gestão: foram apresentados alguns dados importantes dos esforços que foram feitos para a regularização de contratos, quebra de algumas sistemáticas anteriores: Redução de custos nas diversas unidades da SESAB; Redução de 90 mil mensais com energia elétrica, 150 mil mensais com consumo de água e 230 mil com telefonia fixa e móvel. Divulgação destes gastos no site da SESAB, proporcionou aos diretores das unidades de saúde maior controle em relação aos custos. Os contratos que foram revistos representaram uma economia mensal em torno de 15 mil em limpeza e 50 mil em segurança predial, lembrou que são contratos emergenciais. Nunca foi visto contrato emergencial ser mais barato que um contrato regular, para quem não está com os números na cabeça, contrato emergencial é de seis meses e contrato regular pode permanecer até cinco anos, imagine o risco que corre uma empresa de fazer um contrato para prestar um serviço por seis meses e o seu custo ser mais barato que quem vai ter um contrato de cinco anos; *Contrato de serviços com informática: Redução do valor contratado em torno de 70% ao mês, com economia de 235 mil mensais em relação aos gastos de 2006; 278 processos licitatórios realizados, o maior número de processos que a SESAB de licitação que a SESAB já realizou; 94 contratos de serviços prestados acompanhados e controlados; Elaboração de proposta para Fundação Estatal - lei complementar aprovada em dezembro de 2007 na Assembléia Legislativa. Apresentou as Despesas com Prestação de Serviços na Rede Própria de Serviços de Saúde da SESAB, Bahia, 2007, com os Serviços de Limpeza, Serviços de Vigilância, Fornecimento de Gases Medicinais e com Fornecimento de Alimentação somou um total de 88.368.474,89 (oitenta e oito milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos). *Na Regulação destacou a Implantação de Comissões Permanentes de Supervisão Hospitalar (CRCA) – HGE – Hospital Geral do Estado, HGRS - Hospital Geral Roberto Santos, HMV - Hospital Manoel Vitorino e HAN - Hospital Ana Nery, depois

280

281

282

283

284

285

286

287 288

289 290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

será mostrado o impacto dessa ação; Oito equipes de supervisão implantadas: HUPES, HSI – Hospital Santa Isabel, HE – Hospital Espanhol, HP - Hospital Português, HMG - Hospital Martagão Gesteira, HCL - Hospital Carvalho Luz, HDJ -Hospital Dois de Julho e HSA - Santo Antônio. Pontuou que com isso conseguiu-se uma melhor utilização dos leitos do SUS porque o leito não ficava vago por um ou dois dias, imediatamente a equipe de supervisão identificava um leito vago e comunicava a central e aumentava com isso a capacidade de sua utilização; 105 médicos reguladores atuando na Central e nos servicos articulados com a Central; Tratamento Fora do Domicílio (Interestadual); 594 pacientes encaminhados a outros estados; 568 acompanhantes e 16 doadores; 2.284 passagens aéreas e 74 terrestres; R\$ 1,18 milhões com passagens e 280 mil com diárias. Pontuou que a Central de Regulação esse ano de dois mil e sete conseguiu aumentar em 66% o atendimento de solicitações de vagas de internação hospitalar. *Financiamento: Foi deixada uma Dívida de mais de 206 milhões do governo passado dos quais apenas 73,9 milhões em Restos a Pagar; Pagos mais de 75% da dívida do governo anterior em 2007; Negociada dívida de quase 40 milhões com municípios - farmácia básica - a ser paga através do Programa Medicamento em Casa; Criados mecanismos para repasse regular de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais, destacando que foi treze anos após Itamar Franco ter criado no nível federal viabilizando o SUS porque o SUS não funcionaria por convênio, seria impossível. Informou que com a criação desse mecanismo está sendo repassado mensalmente recursos para todos os municípios para as seguintes questões: Incentivo para Saúde da Família; Cofinanciamento do SAMU; Repasses para Hospitais de Pequeno Porte; Gratificação para instrutores do curso de formação de ACS; Aprovadas negociações com Ministério da Saúde para aumento de teto financeiro (aumento médio de 30% + impacto do aumento da tabela do SUS em 2007), para os municípios em Gestão Plena. Isso foi uma negociação feita pelo Governo do Estado com o Ministério da Saúde. *No Diálogo e Participação Social destacou o Fortalecimento do Conselho Estadual de Saúde - apresentação do programa de governo para a saúde e das principais políticas, aproveitou para agradecer e destacar o empenho do Conselho em várias situações, inclusive sobre uma comissão que esteve em Itabuna visitando o Hospital de Base; Introduzimos a Prestação de contas trimestral ao Conselho Estadual de Saúde; Plenária Estadual de Conselheiros de Saúde e representação estadual na Plenária Nacional - conselheiros de 180 municípios; Realizamos a maior Conferência Estadual de Saúde que o Estado da Bahia já fez com uma atuação bastante importante do CES, foram 393 conferências municipais programadas - 1.600 delegados; Fortalecimento da CIB - 146 resoluções em 2007; Implantado Comitê de Ética em Pesquisa; Mesa de Negociação Permanente Setorial da Saúde; Ampliação da utilização da Ouvidoria do SUS - 4.964 (+ 61,4%). Na Gestão do Trabalho e Formação de Recursos Humanos destacou: Curso de Formação de Agentes Comunitários de Saúde: a) 4.901 agentes qualificados ou em formação; 92 agentes indígenas em qualificação; 1.017 enfermeiros capacitados para docência; 277 técnicos formados ou em processo de formação; 262 profissionais em cursos de especialização; 460 profissionais capacitados em regulação em saúde; 642 bolsistas em programas de residência. Destacou também as ações de Desprecarização do Trabalho em Saúde: a) Caso COOPAMED; b) Agentes Comunitários de Saúde; c) Agentes de Controle de Endemias. Ampliação do número de servidores na saúde: a) Maior número de médicos plantonistas; b) Concursados contratados; c) Seleções públicas para REDA - 4.521 vagas. Contratação de Profissionais: Processo Seletivo REDA para médicos no Estado da Bahia, realizado em março/abril de 2007 - 2.955 postos de trabalho para médicos nas diversas especialidades na rede assistencial (ambulatorial e hospitalar) – não renovação dos 03 contratos com a COOPAMED; Contratados em dois mil e sete 1.410 profissionais concursados em dois mil e cinco; Processo seletivo para contratação temporária de profissionais - 515 vagas para capital e 1.051 vagas para unidades do interior do Estado -1.566 vagas (outras categorias profissionais); Total - 2.955 + 1.566 + 1.410 = 5.931; Extensão de carga horária - 784 trabalhadores em 2007; Promovidos 506 servidores estatutários de diversas categorias; Política de desprecarização dos vínculos, seleção e formação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias - lei aprovada em 197 municípios - cerca de 51% dos ACS; Seleção para cerca de 1.400 ACS em 103 municípios. *Projeto Saúde Bahia. O referido projeto já encontrado com o nível de execução muito baixo: a) Renegociação da parceria com Banco Mundial; Baixa execução na gestão anterior - menos de 39% em 3 anos; Prorrogação por mais 21 meses; Inclusão de mais 23 municípios nas prioridades (mais baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano); Contratados 10 consultores para implementação do PSF; Assinados 37 termos de compromisso de sub-projetos municipais (+ 84% que entre 2003 e 2006); Adquiridos equipamentos de informática para a Auditoria da SESAB. Auditoria do SUS: Foram realizadas 143 auditorias de gestões municipais de saúde (+ 110%) e 3.047 auditorias de serviços de saúde (+ 80%) = 3.190 auditorias realizadas em 2007 (+ 81,35%); Auditoria na SMS Salvador e nos serviços de ortopedia contratados do SUS nesta capital (MS, SES e SMS); Contratação e capacitação 87 auditores em saúde pública, que ingressaram através de concurso público (41 em dezembro de 2006 e 46 em maio de 2007); Ofertadas 03 turmas do curso básico de regulação, controle, avaliação e auditoria - 18 municípios; Cooperação técnica com sistemas municipais de auditoria. Execução da Despesa Orçamentária:

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

Descrição	FESBA	HEMOBA	TOTAL
Orçado Atual	2.123.757.881,00	33.043.621,00	2.156.801.502,00
Despesa Empenhada	1.986.746.942,53	20.698.845,85	2.007.445.788,38
% Empenhado	93,5%	62,6%	93,1%
Despesa Liquidada	1.969.506.462,10	20.698.845,85	1.990.205.307,95
% Liquidado	99,1%	100,0%	99,1%

Despesa Paga	1.906.977.543,98	19.840.614,38	1.926.818.158,36
% Pago	96,8%	95,9%	96,8%

391 392 Repasses do Governo Federal por Blocos de Financiamento: Pontuou que daqueles R\$ 1.900.000.000,000 (um bilhão e 393 novecentos milhões) R\$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões) foram transferência do Fundo Nacional de 394 Saúde para o Fundo Estadual, sendo deles R\$ 589.313.698,48 (quinhentos e oitenta e nove milhões, trezentos e treze mil, 395 seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos) para a média e alta complexidade e os demais para as diversas 396 finalidades, na Contrapartida Estadual para Financiamento das Ações de Saúde, com a participação do Tesouro do Estado. 397 Pontuou que pela emenda 29 o Estado da Bahia deveria no ano passado ter aplicado R\$ 1.277.051 (um milhão, duzentos e 398 setenta e sete mil e cinquenta e um reais) com saúde, foram aplicados R\$ 1.352.938,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e 399 dois mil, novecentos e trinta e oito reais), ou seja, quase 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) a mais do que o valor 400 mínimo estabelecido. Então chegamos a 12,71% de aplicação em saúde. Concluiu apresentando o Demonstrativo de Dívidas 401 2006, dos R\$ 206.299.000,00 (duzentos e seis milhões, duzentos e noventa e nove mil reais) de dívidas deixadas pela gestão 402 passada foram pagos R\$ 155.302.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, trezentos e dois mil reais), foram canceladas 403 R\$ R\$ 5.705.351,67 (cinco milhões, setecentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), 404 temos pendentes R\$ 46.452.000,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinqüenta e dois mil reais) . Destacou que R\$ 405 5.579.000,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil reais) foram gastos em despesa de exercício anterior, boa parte 406 delas inclusive já pagas no primeiro trimestre deste ano, apenas R\$ 913.000,00 (novecentos e treze mil reais) ficaram 407 pendentes de todos os R\$ 73.943.000,00 (setenta e três milhões, novecentos e quarenta e três mil reais) de restos a pagar 408 anteriores, e R\$ 39.960.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e sessenta mil reais) são contrapartida de Assistência 409 Farmacêutica Básica que o Estado da Bahia não fez nos anos de dois mil e quatro, dois mil e cinco e dois mil e seis, e 410 aprovamos a negociação com os municípios para ampliar a dívida repassando esses medicamentos no Projeto Medicamento 411 em Casa. Salientou que estará discutindo com o pessoal do FES/BA acerca da Prestação de Contas do primeiro trimestre 412 desse ano, é interessante que possamos destacar isso, que a dívida que foi apresentada aqui não acabou ainda a sua 413 consolidação. Ressaltou que a SESAB está reconhecendo agora dívidas de dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e 414 cinco com prestadores de serviços no SUS, clínicas privadas, hospitais filantrópicos, hospitais municipais que tiveram 415 pagamento de internações e de procedimentos realizados nos anos de dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco, 416 foram abertos processos administrativos para reconhecimento de dívidas e esse reconhecimento não foi feito. A Auditoria 417 está fazendo um trabalho junto com a Regulação porque não é justo que esses prestadores de serviços do SUS tenham 418 prejuízo de serviços que foram efetivamente prestados. Todos os serviços que a Auditoria está comprovando que foram 419 efetivamente prestados, estamos fazendo um reconhecimento de dívida. Nós vamos ter ainda este ano esse débito, que está 420 crescendo mais ainda comprometendo os recursos da atual gestão. O Senhor Presidente agradeceu pela oportunidade de 421 fazer esse balanço aqui no Conselho e passou a palavra aos conselheiros para um debate. A Conselheira Tereza Deiró 422 parabenizou ao Senhor Presidente pela apresentação enxuta de uma forma que facilitou a compreensão de todos. Mencionou 423 que a Comissão de Acompanhamento Orçamentário para prestação de contas realizou três reuniões, particularmente as duas 424 últimas onde foram recebidos: a prestação de contas com o Relatório de Gestão. Ressaltou que ficou acordado na Comissão 425 de Orçamento que hoje o Secretário faria apenas a apresentação sem que os conselheiros façam qualquer questionamento, e 426 como tem um plenário aqui de pessoas que também não são conselheiros nós temos que esclarecer como essas questões 427 estão sendo mais estudadas, além da questão da transparência, vale observar que nós estamos tendo a oportunidade de 428 estudar e compreender melhor as contas e principalmente os números pequenos de planilhas incompreensíveis que outrora 429 nós vivenciávamos. Salientou que o governo tem buscado melhorar a compreensão dos conselheiros, e teremos um outro 430 momento para possíveis questionamentos. Nesse momento nós entendemos que é um processo de enxergar formas e 431 também pontuar questões que devem ficar ainda mais claras no relatório. Enfatizou que é para nós não fugirmos daquilo que 432 nos ajudou muito que foram as discussões prévias da nossa Comissão de Orçamentário junto ao FES/BA, e que estamos 433 fazendo esse trabalho há mais ou menos um mês e na próxima reunião nós vamos tecer os comentários e fazer os 434 questionamentos. A Conselheira Tereza Deiró pediu um esclarecimento acerca das especialidades e cirurgias do Hospital 435 Dia, que são atendidas no Hospital São Jorge, se resgataria a oftalmologia entre outras questões. Mencionou que é 436 necessário melhorar o investimento em capacitação de outros profissionais, que não àqueles da Atenção Básica. Ficou claro 437 que houve um investimento razoável, bastante otimizado para a Atenção Básica, Agentes Comunitários de Saúde, mas, eu 438 não observei, peço até que se foi uma inobservância da minha parte, que o Senhor tenha a oportunidade de mostrar, e se de 439 fato não consta que seja acrescentado o investimento na capacitação de profissionais das unidades hospitalares em 440 particular. Questionou ao Senhor Presidente sobre a seleção pública para o REDA que o mesmo pontuou 4.521 vagas, 441 solicitou que ele esclarecesse já que houve uma divulgação da realização de concurso público, gostaria de pontuar duas 442 questões: A primeira é que se temos 4.521 contratos REDA, quando será realizado o próximo concurso público, para que 443 possamos equacionar, mesmo que não seja de uma só vez, essa situação de contratos temporários de trabalho que para nós 444 defensores dos direitos dos trabalhadores continua com menos precariedade do que era antes, mas, ainda precário porque 445 existem alguns direitos que os trabalhadores não adquiriram, principalmente no tocante a perspectiva da carreira, porque é 446 um prejuízo muito grande quando não há perspectiva de carreira para esses trabalhadores. Ressaltou que mais uma vez,

gostaria que tivéssemos uma resposta no tocante àquela solicitação feita por mim e endossada pelos conselheiros, da prorrogação do prazo do concurso que foi realizado, temos que ter paciência, mas, precisamos de uma resposta, temos aqui nesse plenário vários técnicos de enfermagem, chamando à atenção que os auxiliares de enfermagem é uma carreira que se encontra num prazo a ser vencido para extinção, quero chamar à atenção não só para os técnicos, mas, particularmente para essa questão dos técnicos de enfermagem que tem sido um pleito nosso, o Secretario talvez já tenha alguma posição, se é necessário enviar um Projeto de Lei para a Assembléia, para ampliação do quadro? Solicitou um esclarecimento sobre isso com uma atenção especial para essa questão de caminharmos para a extinção desses contratos temporários de trabalho. Concluiu afirmando que são muitas as demandas dos trabalhadores. Dra. Isabela me passou um número maior a respeito da solicitação da extensão da carga horária. O Senhor Presidente informou que trouxe esses dados até dezembro. A Conselheira Tereza Deiró afirmou que quer ajudar nesse sentido, pois parece que já tem novecentos e poucos. Embora seja esse valor, nós consideramos que avançou, mas, a mesa setorial de negociação terá que se reunir para observarmos as ressalvas colocadas pelo SINDSAÚDE e SINDMED no tocante a estas pendências que foram da pauta emergencial da negociação de 2007. O Conselheiro Luiz Delfino parabenizou ao Senhor Presidente pela exposição, cada vez entendemos mais como se dá a execução do orçamento na saúde, desde quando estamos aqui como Conselheiros e aprendendo como é executado o mesmo. Relatou que no final da exposição uma coisa que nós prestadores não sabíamos é que existia uma dívida com alguns prestadores anterior a essa administração estadual, e que será honrada pela SESAB. É uma notícia boa, solicitou da mesma uma relação desses prestadores para colaborar com os mesmos dando uma notícia que eles não estão esperando, ou seja, receber algo que acreditavam que já estava perdido desde quando realizaram procedimentos médicos e cirurgias, e por questões técnicas da SESAB anteriormente a essa administração não foram honrados. O Conselheiro Josivaldo Gonçalves cumprimentou a todos e parabenizou ao Senhor Presidente pela explanação. Mencionou que o que lhe chamou a atenção foi a questão do pagamento atrasado das glosas das clínicas e municípios, e também endossou a fala da Conselheira Tereza Deiró, já que participo também da Comissão de Acompanhamento Orçamentário. Questionou se existe algum critério para que tanto as clínicas quanto os municípios apresentem essas dívidas? Como eles vão provar que o Estado tem uma dívida entre as clínicas e municípios, e também se é possível nós do CES recebermos uma relação desses credores. Parabenizou ao Senhor Presidente pela iniciativa, porque quando nós devemos aos órgãos públicos somos cobrados de todas as formas, mas quando é o órgão público que deve não é da mesma forma, e aí acaba sendo esquecido, por isso considero uma iniciativa louvável e importante porque resgata a transparência e uma nova forma de governar e de estar passando respeito principalmente à saúde da nossa comunidade, e do respeito entre as entidades. A Conselheira Carmem Célia Smith saudou a todos os presentes, ressaltou a impressão positiva que teve ao ouvir o relato do Senhor Secretário e ficamos contentes e animados com os dados que vimos e um pouco preocupados porque pensamos na questão da comunicação, com tantos ataques que têm sido feitos à SESAB e ao Secretário seria interessante pensarmos em formas de como esses dados podem vir, independentes de estarem no site, podem vir a ser mais divulgados juntos aos formadores de opinião e a população de uma forma geral. Concordou com o Conselheiro em relação ao pagamento dessas contas passadas, principalmente no que diz respeito aos pequenos prestadores. Gostaria de fazer uma pergunta em relação aqueles dados da vigilância, quando fala da redução da ocorrência, da leishmaniose AIDS e tuberculose, a redução dos casos novos. Quais foram as ações do Estado para que isso se verificasse, principalmente no que diz respeito a leishmaniose que é uma área que tem uma morbidade bastante preocupante, a ponto que temos uma casa em Monte Gordo que eu não vou mais lá já há algum tempo. Tem ruas inteiras com sorologia positiva, nós tivemos que sacrificar um cachorro. A situação nessa área da linha verde é muito crítica, e eu gostaria de saber que ações o Estado fez e ao que é que o Senhor Secretário atribui essa redução desses casos novos, se foi subnotificação ou ações que realmente levaram a isso? O Senhor Presidente passou a palavra para a Deputada Fátima Nunes. A Deputada Fátima Nunes cumprimentou a todos, saudou ao Senhor Presidente enfatizando que é uma grande satisfação esse tempo novo de transparência, democracia e de cidadania, e nós que conquistamos esse mandato na luta, eu sendo mulher lá do sertão fico muito feliz vendo que as pessoas realmente estão tendo acesso à informação. Mencionou que ficou feliz porque durante a semana no plenário dessa casa o assunto que é mais debatido. Se o Senhor não fosse um homem de coragem e de força, que não tivesse a certeza que estaria fazendo o bem, pela conversa das "aves de agouro" talvez já tivesse renunciado ao cargo porque a pancada aqui é muito pesada. Sugeriu que esses dados pudessem chegar as nossas mãos. É claro que para aqueles que não querem ver toda luz é pouco, mas, aqui tem muita gente boa, e Deputados de responsabilidade que certamente vão fazer a explicação correta no plenário da casa e debater com aqueles que não concordam de que está começando realmente um tempo novo, e que o tempo da ditadura e da letra de bula para não sabermos das coisas, acabou. Ressaltou que é contra a municipalização dos hospitais, desde quando o município tenha demonstrado que aquilo que é da sua competência ele já está realizando, e nós sabemos muito bem que recursos públicos vão para os municípios e principalmente para os programas básicos como Saúde da Família, dos Agentes de Saúde e em muitos municípios até esses recursos ficam represados. Nós vemos agentes de saúde sem receber quatro ou cinco meses de salários, nós vemos postos do PSF fechados. Eu estive recentemente no município de Pedro Alexandre e há mais de quinze dias um médico não pisava naquela cidade. Estive em Coronel João Sá recebi as mesmas observações e denúncias das pessoas. Em Jeremoabo não é diferente os Programas de Saúde da Família não funcionam, portanto eu solicito que por mais um tempo pelo menos, deixe que o Hospital de Jeremoabo que está se levantando, está se recuperando, eu sei que a equipe do Estado esteve lá esses dias mas que pelo menos por mais algum tempo, deixe continuar como está. Relatou que Ribeira do Pombal tem alguns serviços que não estão na contratualização, isso nos informou o diretor, mas, por ser um hospital

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462 463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

regional se ele puder dar conta de outros procedimentos que eu sei que as suas estruturas tem competência, certamente nós cessaríamos em muito o turismo de ambulância para Salvador e Aracaju. Pediu desculpas por muitas vezes demonstrar-se agitada, mas, quem vive naquele sertão acorda cedo com gente pedindo carro para ir para Aracaju, não é fácil. Relatou que hoje mesmo teve que pagar um táxi para levar uma pessoa em Feira de Santana que veio fazer um tratamento no Ana Néri. Concluiu enfatizando que é uma vida de luta e também de solidariedade com as pessoas que precisam, e sabemos que quanto mais as políticas públicas do estado, principalmente da saúde que está melhorando e muito, forem suficientes, mais vamos depender desse povo, muitas vezes de pessoas que trocam ainda o voto pelo favor na hora do atendimento à saúde. Nós queremos um cidadão livre, para escolher com liberdade suas pessoas para representar e sabemos que a saúde é um ponto muito importante. Parabenizou ao Secretario e aos Conselheiros, contem com essa Deputada aqui para o que for preciso. A Senhora Marília Fontoura colocou que como é da Escola de Saúde Pública dessa área de RH, observou que muitos dados em relação a capacitação foram apresentados por setores, por Superintendência, acho que é importante que no Relatório de Gestão sejam apresentados esses dados concentrados na área de Recursos Humanos, até para mostrar o impacto. Apareceram dados na área de RH e dados em cada superintendência, mesmo que a capacitação tenha sido feita pelas áreas específicas é importante a questão da gestão da informação que apareçam todos concentrados numa mesma área, isso vale também para a questão dos recursos que devem estar concentrados mesmo que sejam as áreas específicas que esteja fazendo isso. Sugeriu ao Conselho que esse relatório fosse apresentado ao coletivo de cada Superintendência, que essa informação não se restringisse ao Conselho porque mesmo que sejam feitos relatórios e distribuídos às pessoas, muitas vezes eles não lêem.É importante que sejam marcadas reuniões com os trabalhadores, coordenadores e diretores para que seja discutido criticamente o que avançou, o que faltou, enfim, que seja feita essa divulgação em cada Superintendência e também nas macrorregiões. Ressaltou que muitas vezes a agenda do Secretário e do Conselho pode estar cheia, mas, eu acho que vale a pena mudar uma agenda que vá atender a uma ou duas pessoas para agendar esse assunto que vai atingir a uma coletividade considerando que está na Constituição, que informação é um direito. Enfatizou que é preciso fazer isso porque nós sabemos que muitas vezes a imprensa não divulga e outras formas que nós temos de fazer essa divulgação não atingem tanto a uma maioria, se não houver a possibilidade de fazer essa divulgação em cada região que se faça pelo menos por vídeo conferencia organizando e mobilizando as pessoas em cada macrorregião. Salientou que é importante que as pessoas tomem conhecimento, principalmente o conjunto de trabalhadores dos Municípios e Conselheiros em todo o Estado da Bahia. O Conselheiro Jedson Nascimento parabenizou ao Senhor Secretário pela a apresentação dizendo que apesar de todos os esforços da atual Secretaria de Saúde de fato a saúde na Bahia tem muito que avançar. Temos uma realidade que não é fácil e a construção de uma boa realidade implica em muito trabalho e em muita dedicação, e sabemos que isso é necessário e um dos exemplos disso é a questão do transplante que a Bahia até pouco tempo era um dos poucos Estados brasileiros que tinha os piores índices com relação a transplante e temos avançado muito e essa realidade alegra. Parabenizou a atenção à gestante que se tem dado importância à diminuição da mortalidade infantil com estratégias que foram divulgadas e particularmente parabenizou o atendimento das crianças com cardiopatia congênita que muitas delas tem feito cirurgias fora do Estado porque não temos como abraçar essa demanda, e isso é algo que tem sido feito, e quem tem um filho que muitas vezes é fruto do amor e de uma relação prazerosa e ver que seu filho pode ter problemas graves ou uma vida restrita por falta de uma cirurgia dependendo do SUS é muito complicado. Mencionou que gostaria de chamar atenção para alguns aspectos que eu acho que são muito relevantes, o número do aumento de leitos de pacientes cardiovasculares que tem aumentado em todo o Estado, e lembrar que em breve poderemos ter uma epidemia de doenças cardiovasculares dado ao envelhecimento da população nossa população envelhece. Hoje quem tem um parente infartado na rede SUS passa apertado pela dificuldade de leitos que tem e pela necessidade de um futuro atendimento e um pensamento das diretrizes públicas no sentido de tentar melhorar o atendimento a essa fatia da população que de fato necessita do mesmo. Ressaltou que nós do CES como reguladores ou como assistentes desse processo da regulação social nos sentimos felizes Dr. Solla, de tê-lo como Secretário tão esforçado nesse processo, e parabenizamos pelo sucesso de toda essa evolução das demandas públicas. O Deputado José das Virgens saudou a todos e ressaltou que todos sabemos das dificuldades inclusive as que foram ditas pelo Conselheiro Jedson Nascimento, eu sou de Irecê, estamos com uma grande expectativa lá da conclusão, da recuperação e da modernização do Hospital Dr. Mário Dourado Sobrinho, mas, sei também o que significa um paciente precisar de um atendimento que não tem no nosso município, e que tem que percorrer 500 km de carro. UTI área acho que na Bahia praticamente nem tem. Sabemos das deficiências da rede hospitalar, das filas, dos pacientes enfartados, dos traumas, de toda aquela correria que ficamos ligando para o pessoal da regulação e ao mesmo tempo respeitando a decisão de quem tem que decidir, sobre quem vai ser atendido nessa área. Pontuou que já sabia que a gestão da saúde aqui na Bahia ia avançar muito como está avançando. Ficamos sabendo muito mais agora, mesmo eu não acompanhando cem por cento da apresentação dos números, inclusive eu observei o detalhe quando Vossa Excelência disse que diminuiu o número de óbitos dos pacientes do SUS. Isso é muito importante significa qualidade no atendimento, as pessoas estão sendo internadas por vários motivos e estão morrendo menos. Pontuou que com a ampliação dos instrumentos de base como o Programa de Saúde da Família, por exemplo, Irecê tinha há três anos atrás quatro Programas de Saúde da Família, hoje tem dezesseis. Informou que quanto mais tem esses instrumentos de base mais aparecem doentes, mais aparece demanda, por isso que aumentaram os procedimentos. Sabemos de tudo isso, mas, pelo que pude perceber quero parabenizar e daremos repercussão aqui na Assembléia Legislativa a semana que vem. Mencionou que muitas vezes ficamos defendendo, acho que não é hora de defesa nem de ataque, o mais importante agora talvez seja antecipar os fatos, e na área da saúde temos

506

507

508

509

510

511

512

513 514

515 516

517

518

519

520

521

522 523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

material farto suficiente para poder antecipar e que farei questão de reunir a bancada do PT e demais deputados para passar algumas informações. Pegar mais informações e a semana que vem fazermos uma semana de debate positivo, sobre os avanços da saúde pública aqui no Estado da Bahia. Concluiu entregando um documento em mãos e perguntou como está a situação do Banco de Olhos do Hospital Roberto Santos, porque ele foi procurado por um profissional da área que me sugeriu que indicasse ao Secretario a aquisição de um microscópio especular de contato. Senhor Presidente informou que já está sendo providenciado, mas, de qualquer forma é bom protocolar. O Deputado José das Virgens agradeceu dizendo que está satisfeito e contribuindo naquilo que for preciso. Dra. Lorene Louise Silva Pinto solicitou um esclarecimento acerca da colocação da Conselheira Carmem em relação a AIDS e a leishmaniose. Pontuou que apesar de serem doenças que tem mecanismos de transmissão extremamente diferenciados, tem uma situação comum, ou seja, o tratamento é totalmente fornecido pelo SUS. É uma forma de chegarmos o mais próximo possível do real que ocorre porque a notificação condiciona o recebimento da medicação para o tratamento. Deve existir subnotificação. Nunca dissemos que não existe, mas, nos aproximamos muito mais da realidade por conta da vinculação à dispensação de medicação, tanto para as duas formas de leishmaniose quanto para a AIDS, que o paciente é integralmente assistido pelo SUS. Mencionou que ainda assim tem um impacto importante das ações. Hoje em relação a AIDS, por exemplo, nós temos trinta e uma unidades dispensadoras de medicação e serviços de atendimento especializado em municípios no interior; é uma política extremamente centralizada, o que faz também com que a captação de casos novos seja mais imediata e menos retardatária como já foi. Pode existir essa subnotificação, mas, com certeza a grande maioria dos casos da AIDS e da leishmaniose conhecemos no sistema. Relatou que tem um aspecto importante que é a vinculação, a relação da transmissão da leishmaniose com a questão ambiental. O que vivenciamos nos últimos vinte anos no Estado da Bahia é que saímos menos de cem municípios que tem a leishmaniose como problema para mais de duzentos, isso principalmente na região do Estado onde a Senhora se referiu. Existe uma parceria com a área ambiental no momento dos licenciamentos, e temos um assento nessa instância colegiada onde estamos estabelecendo critérios, porque é importante conceber que os empreendimentos são fundamentais para o crescimento das cidades, mas, também pensar que isso não é uma consequência. O deslocamento de vetor facilita a transmissão da doença, muitas vezes as pessoas fazem seus condomínios e loteamentos e depois ficam ligando para a área da saúde para correr atrás do vetor que se aproximou da sua casa, nós nos deparamos com essa situação o tempo inteiro. Pontuou que esse trabalho articulado com a área ambiental é fundamental porque não é só jogar inseticida no meio ambiente, sabemos que existem limitações para esse trabalho que é feito também com inseticida. Essas ações são compartilhadas com os Municípios e com o Governo Federal e cabe ao Estado não só a pesquisa e o monitoramento das áreas de manifestação, mas, também essa articulação com o meio ambiente além da pulverização com inseticida. Ressaltou que tem um impacto importante das ações sim, hoje conseguimos monitorar mais de duzentos Municípios que são prioritários para a leishmaniose, e o mais importante em reduzir a subnotificação é a vinculação a terapêutica fornecida totalmente pelo SUS para as duas doenças. O Senhor Charles Carmo parabenizou a Secretaria, cumprimentou a todos, e se apresentou como parte da Assessoria do Deputado Isaac Cunha, do Partido dos Trabalhadores, e foi durante seis anos da Assessoria do Deputado Zilton Rocha, que hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas. Informou que tem ocorrido ataques ininterruptos à Secretaria da Saúde aqui dentro da Assembléia, isso não é por acaso, tem um projeto atrás disso, e o que nós apostamos aqui é na nossa capacidade de estar respondendo, por isso que eu faço o primeiro apelo é que esse material seja divulgado imediatamente, porque embora nós tenhamos as informações no site elas nunca vêm com o recorte que vem aqui, que é um recorte mais fácil para fazermos a defesa nessa trincheira. Mencionou que gostaria de ressaltar três questões que foram pautadas nessa casa, há dois anos atrás em sessões especiais, dessas pessoas que nos procuram para debaterem esses assuntos. Relatou que houve uma sessão aqui em dois mil e seis para discutir a questão da hemofilia, as associações de hemofílicos de todo o Estado nos procuraram, houve uma sessão especial aqui que lotou a casa para discutir essa questão. Eu queria saber o que é que está se fazendo e pensando em política pública para esse tipo de paciente que sabemos das dificuldades principalmente na zona rural, ás vezes o deslocamento de um paciente que quebrou uma perna ou teve um sangramento por conta de um acidente tolo que pode levar a morte, e é um tratamento que nós sabemos que é muito caro para o Estado, o que é que está se pensando para se distribuir esse tratamento emergencial pelo interior do Estado. Relatou que houve outra sessão especial aqui na Assembléia Legislativa também no ano de dois mil e seis sobre a questão dos albinos que é um problema que não tem uma política pública em geral. Eles reclamam desde a falta de informação e do preconceito, até a questão básica como a falta de protetor solar que para eles é uma questão séria. Questionou sobre a acerca dos trabalhadores e os agentes químicos a que estão expostos. Temos na Bahia um caso muito grave, talvez um dos mais graves do mundo e poucas pessoas sabem disso, que é a questão da exposição ao amianto. Relatou que a primeira mina de amianto no Brasil foi uma mina na Bahia que está a céu aberto em Bom Jesus e que se na França a questão do amianto foi considerada uma catástrofe, tem um relatório do senado francês com relação a questão do amianto. Aqui na Bahia temos uma questão muito séria tanto em Simões Filho, com os trabalhadores da Eternit, quanto na primeira mina que é em Bom Jesus que está a céu aberto, eu tenho fotos de meninos, tem casas e ruas pavimentadas com amianto, estradas que foram na época pavimentadas com amianto, tem imagem de crianças com seis anos de idade brincando em cima das pedras de amianto, o problema é que não se faz um nexo causal entre a morte e causa, não se consegue chegar até as empresas que mataram as pessoas e processar simplesmente porque não tem um relatório médico, aparece como causa morte infarto. Para todo mundo em última instância o coração pára. Não morreu de infarto, morreu na verdade de contaminação, me parece que na Bahia só há um caso registrado que é um dos poucos do mundo porque o cidadão foi parar na Faculdade de Medicina da

565

566

567

568

569

570

571

572 573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

UFBA, no Instituto de Saúde Coletiva me parece, e lá foi um dos poucos casos do mundo onde o médico colocou no atestado de óbito causa de morte exposição por amianto. Perguntou o que é que está se pensando, sabemos que existem questões graves como a do chumbo em Santo Amaro, mas, eu gostaria de chamar a atenção do Secretário, porque é uma pessoa que temos a oportunidade de encontrar. É a primeira vez que eu estou tendo o prazer de ver e poder discutir diretamente com os Conselheiros, chamou à atenção do Conselho em relação a exposição dessas pessoas ao amianto e aos produtos químicos, gostaria de fazer um apelo que a Secretaria mandasse uma equipe de profissionais para Bom Jesus da Serra, que fica perto de Poções, perto de Conquista, para que seja feito um levantamento das pessoas porque nós sabemos que essas crianças que estão sendo contaminadas hoje com cinco anos, daqui a 20 ou 25 anos elas estarão morrendo de asbestose, ou retiramos essas pessoas dali agora ou será inevitável elas morrerem no futuro. A Sra. Fátima colocou que o objetivo principal de sua intervenção foi desconstruída com a fala de Dra. Lorene com aspectos que eu concordo plenamente. Mencionou que sugeriu a Francisco que colocasse essa questão porque não sabia que quem não era Conselheiro podia ter acesso a fala aqui porque não era esse o processo por mais que a gente insistisse e tivesse necessidade, utilizar democraticamente e poder se colocar até quando fosse representante de entidade reconhecida pela sociedade. É bom que fique registrado isso. Ressaltou que é importante que esses dados apresentados com relação aos pagamentos, ao reconhecimento devido que a Auditoria fez e pagamento das instituições prestadoras de serviços seja amplamente divulgado porque isso é uma prova que essa gestão está assumindo ao que se propôs, está assumindo a sua responsabilidade que não tem os prestadores como inimigos e sim que está querendo coerência, responsabilidade, quem realmente fez que tenha não como vinha acontecendo. É bom que se divulgue porque está mostrando a seriedade dessa gestão para com a saúde. Pontuou que gostaria de colocar além dessas questões um indicador que é importante e não vem sendo colocado. É com relação as demais DST's que não só a AIDS que podem ter um impacto; inclusive, é a ocorrência delas que faz com que a infecção pelo HIV e consequentemente uma AIDS tenham uma redução ou um avanço, além dessa questão de subnotificações e outras questões. A Conselheira Carmem Célia mencionou que não foi compreendida ao falar em subnotificação, que causou uma certa estranheza entre os presentes. Na realidade foi mostrada que houve alí redução de ocorrências, uma redução de casos novos, o meu interesse principal era ficar esclarecida, quais foram as ações que a SESAB desenvolveu que levou a essa redução? Será que foi uma sub-notificação? Eu não gostaria que o pessoal que trabalha na área se sentisse como se houvesse uma critica implícita na minha colocação, mas, foi apenas uma curiosidade, é importante o esclarecimento, mas, eu não me considero totalmente esclarecida porque não foi explicado o que eu perguntei, muito obrigada. O Conselheiro Ednésio Oliveira de Jesus colocou que para nós da Divisão de Convênios e Gestão do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde aqui na Bahia é uma satisfação observar os resultados que foram apresentados, até porque quando nós acompanhávamos a execução dos convênios a recomendação mais constante que eu tive o dever de assinar e encaminhar era justamente adotar providências para descentralização dos recursos orçamentários e financeiros para que se pudesse alcançar a realização e efetivação dos objetivos, objetos em ações pactuadas, de modo do que o que foi exposto aqui já demonstra claramente uma melhoria na gestão, um compromisso da gestão, um esforço muito grande de toda a equipe de saúde da Secretaria. Parabenizou a todos pela mudança que está sendo acompanhada por todos os Conselheiros, gostaria também de registrar a presenca de duas servidoras do Departamento Nacional de Auditoria do SUS que estão lotadas no Servico de Auditoria do Núcleo Estadual, são as servidoras Fátima Farias e Fátima Pinho que estão acompanhando a nossa reunião. O Senhor Presidente ressaltou que não vai ter tempo de detalhar todas as questões, agradeceu as intervenções que foram importantes para aprofundar o debate aqui. Quanto às questões das dívidas dos prestadores para com os prestadores do SUS que os Conselheiros Luiz Delfino, Josivaldo e Fátima comentaram, eu queria registrar as questões dos critérios, nós não estamos catando as dívidas, é importante deixar claro isso, são débitos que os prestadores contestaram na ocasião, mas, a gestão passada da Secretaria não fez o que deveria ter feito que é analisar o recurso que o prestador entrou, ver se tinha sentido, se tinha razão o questionamento do prestador e naqueles casos devidos fazer o pagamento. Informou que foram encontrados cerca de trezentos processos que estavam parados, foram encaminhados para a Auditoria que está analisando, a SESAB está realizando os devidos pagamentos, e também das multas e glosas que a Auditoria está encontrando, a nossa intenção é que seja feita justiça na relação entre a gestão e os prestadores de serviço, aqueles serviços que foram prestados e que não foram pagos que sejam honrados os pagamentos para com os prestadores. Sugeriu que seja providenciada a publicada dessa relação. Mencionou que nós temos a opção de escalonar algumas prioridades, obviamente a primeira prioridade foi cumprir o pagamento com os fornecedores da rede própria senão os hospitais paravam, na sequência fizemos o pagamento das contrapartidas com os municípios relacionados com o Programa de Saúde da Família, o SAMU, fomos progressivamente sanando, em paralelo a isso a garantia do pagamento das parcelas dos convênios, nós encontramos 283 convênios firmados da gestão anterior com compromissos a serem cumpridos para à frente. Relatou que há pouco tempo atrás o ex-governador Paulo Souto foi para a televisão criticar um certo descaso que a atual gestão teria com o município de Caetité, em relação ao hospital, ele é de Caetité, mas, o interessante é que o único convênio que na gestão passada foi firmado com o município de Caetité foi assinado no dia 29 de dezembro de 2006, no último dia útil do governo passado foi que se preocuparam e lembraram de assinar um convênio com esse município. Informou que esses 283 convênios nós garantimos o pagamento de todas as parcelas e o cumprimento de todos os planos de trabalho, isso obviamente comprometeu a capacidade no ano passado de firmamos novos convênios de investimento, se não me engano foram dezoito convênios assinados e só dois deles de investimentos, foi uma opção que nós fizemos de sanar os compromissos que a Instituição já tinha assumido independente de ser de outra gestão ou não, isso foi um aspecto importante que eu queria

624

625

626

627

628 629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644 645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

registrar. O Deputado José das Virgens comentou a questão dos dados aqui apresentados, os resultados positivos, mas, deixou claro que não tem a menor dúvida, não tem um indicador, nem uma avaliação em nenhuma área da Secretaria que tenha um desempenho inferior ao da gestão passada, eu desafio aqui quem encontre uma área da SESAB que tenha tido em dois mil e sete um desempenho abaixo da gestão anterior, pelo contrário, todos os indicadores são positivos em todas as áreas, atenção básica, atenção especializada, alta complexidade, gestão de recursos humanos, capacitação, todos os processos de cumprimento das obrigações enquanto contratante, eu fico muito a vontade sem nenhum exagero, porque nós temos monitorado isso, e a apresentação que nós fizemos aqui nós destacamos alguns dados, tem muitas informações importantes de diversos outros problemas de saúde e diversas outras ações que nós não tivemos oportunidade e claro numa apresentação dessa de trazer, mas, eu pretendo que o Relatório de Gestão quando for aprovado pelo CES que possamos fazer com que ele seja distribuído para consulta tanto em forma de Cd quanto digital, e aí vão aparecer questões importantes que não colocamos na apresentação. Charles você lembrou bem aqui a questão do amianto. Tem um trabalho já em curso voltado para essa realidade que você registrou, inclusive aproveito para divulgar que dia três e quatro de abril vamos ter um Seminário Estadual para tratar desse assunto e vamos começar uma grande campanha junto a opinião pública em relação a isso. Tem trabalhos em curso em relação a questão da exposição ao chumbo. Teve todo um trabalho feito em relação a maré vermelha, a mortandade dos peixes, a Superintendência de Vigilância em Saúde trabalhou junto com o CRA acompanhando todo o processo então uma serie de outros aspectos que eu não vou ter tempo aqui de descrever. Salientou que quando você falou que é a Secretaria que mais apanha concordo plenamente e não é por acaso, tem que ficar muito claro inclusive que tem uma série de esquemas que deixaram de ocorrer; não vou citar o nome aqui me permitam fazer essa salva guarda, mas, recentemente teve um Deputado aqui do Estado da Bahia que foi ao Ministro da Saúde fazer uma série de denúncias. Essa pessoa ficou conhecida aqui na Bahia por dois grandes processos, um por superfaturamento em compra de leite na época em que o SUS distribuía leite, e a outra por alguns procedimentos que foram feitos sem indicação terapêutica apropriada em larga escala. Obviamente a medida que ele não consegue mais fazer isso dessa forma e não tem mais acesso as negociatas isso desperta insatisfações além do que a bancada da oposição sabe o quanto o débito social que o Estado tinha com a saúde e o quanto nós estamos alcançando de resultados positivos e quanto pode alcançar mais ainda a medida em que esses trabalhos venham a se consolidar. Respondeu a Conselheira Tereza Deiró que o objetivo do Hospital Dia Cirúrgico é atender varias especialidades incluindo oftalmologia, ginecologia, e angiologia. Mencionou que hoje não vai ter tempo de explicar aqui acerca da Capacitação, mas, a Atenção Básica e os processos de gestão regional tiveram um peso importante, mas, também teve ações de capacitação para a área hospitalar. Quanto à questão do concurso público infelizmente tem coisa que por mais que a gente queira a legislação coloca uma barreira. Este concurso não pode mais ser prorrogado, ele já foi prorrogado e não tem como legalmente nós fazermos uma nova prorrogação.Não é pior a situação porque para encerrar o prazo de um, nós vamos fazer outro esse ano ainda, então o espaço entre o final da utilização do concurso passado e o novo concurso será pequena. A SAEB nos passou um cronograma que eles estão querendo fazer com que no inicio do segundo semestre, já tenhamos um concurso sendo efetivado, isso nos daria uma boa possibilidade. Ressaltou que essa questão do contrato temporário, acho que não é um prejuízo só para o trabalhador, é também para a instituição. Vocês não fazem idéia o que foi e alguns aqui acompanharam isso, o que foi substituir a quantidade de postos de trabalho que nós tivemos que substituir e ocupar novos esse ano, o que isso representou de esforço e capacitação dos profissionais que atuam em unidades fechadas. Tivemos dificuldades em várias UTIs porque chamamos profissionais concursados para substituir contratos temporários que venceram. Só que uma parte desses profissionais concursados não tinham experiência de trabalhar em terapia intensiva, então tivemos que fazer curso e treinamento em serviço. Teve todo um esforço dos hospitais, e cada contrato temporário que encerra é substituído. Até como nós estamos fazendo processo seletivo, porque quando é por "QI" é até mais fácil selecionar alguém que já tenha experiência. Quando o processo é seletivo ou concurso nós sabemos que o peso teórico no concurso é muito grande na seleção da prova e as vezes o profissional é muito bom, tem uma formação geral boa, mas, não tem experiência naquela área onde existe a vaga para ele atuar, então isso também é um aspecto que queria ressaltar. A questão da prorrogação do concurso está aliada a um outro aspecto. Todos temos recebido uma cobrança muito grande dos Técnicos de Enfermagem, Fisioterapeuta e Técnico em Radiologia que passaram no concurso passado. Aconteceu que algumas profissões com o desenvolvimento do sistema de saúde elas passam a ter necessidade de mais postos de trabalhos e algumas formações começam a se estender. O Técnico de Radiologia antes era só para raio-x simples de tórax, hoje o nosso parque de imagem aumentou, as necessidades aumentaram, e o número de vagas no quadro é insuficiente. Informou que fisioterapia antes era apenas utilizada em alguns serviços ambulatoriais. Hoje o Fisioterapeuta é necessário em UTI, em vários outros processos de trabalho no serviço de saúde, e Técnico de Enfermagem eram poucos, existiam mais auxiliares, então o número de vagas no quadro de auxiliar é muito grande. Temos muitas vagas de auxiliar em aberto, mas, não temos nem uma vaga de Técnico de Enfermagem para podermos ocupar. Nós encaminhamos a SAEB uma proposta de um Projeto de Lei mudando o quadro de vagas que tem que aprovar na Assembléia Legislativa, o projeto já está tramitando lá e se nós conseguirmos aprovar ainda em abril esse projeto nós podemos antes de encerrar o concurso fazer esse esforço. Claro que estamos lutando contra o tempo, mas, até maio que encerra o concurso nós temos todo o interesse em chamar. Eu tenho recebido até alguns e-mails do pessoal dizendo que a Secretaria está prestigiando mais auxiliar do que o técnico, eu adoraria que nós pudéssemos ter chamado só técnicos porque são profissionais que têm uma formação mais ampliada. Mas, infelizmente a legislação não permitia. Tínhamos que chamar auxiliar ou não chamar ninguém, e diante da carência tivemos que chamar mais Auxiliares de Enfermagem e não tivemos oportunidade de chamar mais Técnicos de

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726 727

728 729

730

731 732 733

734

735

736

737

738

739

740

Enfermagem, aproveitei para esclarecer isso a vocês e fazermos esse esforco juntos e pedir apoio aos companheiros aqui da Assembléia Legislativa para ajudar para que esse projeto possa tramitar rapidamente. Quanto a questão da municipalização que a Deputada Fátima colocou, pena que ela não está mais aqui, Ribeira do Pombal nós já discutimos com a Prefeitura, com a direção do Hospital, com a Fundação José Silveira que é terceirizada do Hospital de lá, que todos os serviços novos que poderem ser incorporados nós estamos dispostos a incorporar nas metas do contrato. Com relação a questão da cardiologia que o Conselheiro Jedson colocou aqui o nosso déficit é muito grande. Estamos agora tramitando um processo de credenciamento de três serviços de alta complexidade em cardiologia no interior do Estado, um em Feira de Santana, um em Itabuna e outro em Vitória da Conquista. No entanto todos três tem problemas, não cumprem ainda todos os requisitos do Ministério da Saúde para credenciamento, mas, estamos trabalhando para tentar viabilizar a ampliação dessa oferta. Aqui em Salvador conseguimos uma ampliação interessante, mas, ainda deixa muito a desejar. Quanto a questão da cirurgia cardíaca pediátrica neonatal, na semana anterior a semana santa, coincidentemente tivemos duas situações de crianças recém-nascidas com cardiopatia congênita precisando fazer transposição de grandes vasos. Praticamente no mesmo dia chegaram a Salvador vindas do interior. Imediatamente a equipe do Hospital Ana Nery avaliou e identificou o diagnóstico, uma delas foi operada nesse hospital e a outra de maior gravidade foi encaminhada de UTI para o Instituto de Cardiologia Laranjeira no Rio de Janeiro. Deve estar sendo operada hoje ou amanhã, nós tivemos contato com a equipe de lá Isso mostra o esforço que está sendo feito, mas, infelizmente a nossa capacidade instalada aqui na Bahia ainda vamos levar um tempo para conseguir mais profissionais habilitados, mais serviços, mas, está avançando, inclusive agora em abril o Hospital Santa Isabel estará inaugurando uma UTI pediátrica que vai permitir uma expansão da oferta dessas cirurgias em crianças. Ressaltou que achou interessante a questão que a Conselheira Carmem colocou enfatizando que tem dois aspectos que devem ser estudados melhor. No caso da leishmaniose essa redução não foi só de dois mil e seis para dois mil e sete, ela se intensificou, mas, já vinha numa tendência de redução em um cenário que Lorene colocou, que por um lado a subnotificação deve ser baixa, pelas características da doença e do tratamento, mas, por outro lado a questão da destruição da ocupação desordenada mostram uma relação preocupante. O número de casos diminuiu, mas o número de áreas afetadas, o número de municípios com ocorrências de casos aumentou. Isso merece uma investigação mais adequada para que possamos aperfeiçoar as ações necessárias. Respondendo a Senhora Marília Fontoura que enfatizou acerca da consolidação dos dados da capacitação, apesar de todo esforço, queria parabenizar toda a equipe da Assessoria de Planejamento, do FES/BA, em permitir uma análise e disponibilidade dos dados, mas, reconheço que precisamos melhorar muito, tenho certeza que o nosso Relatório de Gestão 2007 vai deixar muito a desejar para o que é necessário do material que possa ser apresentado não só aos conselheiros estaduais, mas que sirva de fonte de informação mais ampla para toda a sociedade. Estamos avançando e tenho certeza que vamos aperfeiçoar progressivamente essas medidas. Salientou que deu conta das principais questões que foram levantadas, mas, queria registrar que estaremos encaminhando para todos os Conselheiros o material detalhado com todos os anexos e planilhas. Quem quiser já pode entrar em contato com o Senhor Washington Abreu que está recebendo as demandas para qualquer informação que seja necessária. A Conselheira Tereza Deiró solicitou esclarecimentos com relação aos técnicos de enfermagem. Não se trata ainda de trabalhadores que estão no quadro que seria a defesa incondicional, mas, sendo benefício para a gestão é um benefício para a população. Insisto que a Superintendência de Recursos Humanos, a Procuradoria da SESAB, o próprio gabinete mova nesse mês de abril esforços no sentido de identificar qual o quantitativo de concursados mesmo que não fossem todos, mas, existem profissionais aprovados com pontuação idêntica, matematicamente, àqueles que foram chamados. Ressaltou que está fazendo um apelo, um adendo que esse esforço que o Senhor bem colocou, com certeza vamos cobrar e tenho certeza também que o Secretário vai se empenhar para que até o dia 24/04/08, dia da próxima reunião do Conselho possamos efetivamente ter tido feito um esforço, porque o estado ganha colocando os técnicos de enfermagem ou os técnicos em radiologia... A Conselheira Tereza Deiró -De radiologia para novos estagiários. O Senhor sabe que há mais de quatro mil contratos de REDA, deste contingente que agora não tenho em mãos. Com certeza o grande contingente é de técnicos ou auxiliares de enfermagem. Frisou que o seu apelo é neste sentido, porque continua inconformada por não conseguir mecanismos legais, onde a Procuradoria possa se empenhar, pois sabe das dificuldades, em tornar este pleito, esta situação resolvida, pelo menos em boa parte no mês de abril. O Senhor Presidente esclareceu à Conselheira que todas as possibilidades que poderiam ser tentadas, além de mandar uma Lei para a Assembléia Legislativa foram estudadas. Ressaltou que não há nenhuma possibilidade em serem chamados técnicos de enfermagem, de radiologia e fisioterapia, se não aprovar uma Lei na Assembléia mudando o quadro de vagas. Tudo que se possa imaginar foi tentado; perdemos muitas horas com a Procuradoria, a SAEB, com todos os órgãos e a única forma legal é aprovação de uma Lei na Assembléia, trabalhando com os deputados para tramitar o mais rápido possível. Informou que o Deputado Javier Alfaya, Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento da Assembléia Legislativa, encaminhou um documento registrando a impossibilidade de comparecer frente à sua agenda, bem como o encaminhamento de justificativa do não comparecimento dos Conselheiros Déborah Dourado, Maria Luiza Câmara, Silvanete Brandão, e Joilda Cardoso. Prosseguindo passou a palavra para a Conselheira Tereza Deiró para apresentar o Relatório referente à visita da Comissão do CES ao Hospital de Base de Itabuna. A Conselheira Tereza Deiró ressaltou que a ida da comissão a Itabuna para visita ao Hospital de Base foi de extrema importância, e não imaginava encontrar, de fato o que encontrou. Fomos surpreendidos. Mesmo nos debruçando até duas horas da manhã, não concluímos o Relatório. A Câmara de Vereadores nos recebeu no período da tarde; tinha por volta de cem pessoas presentes. A dimensão da visita extrapolou as nossas expectativas. Fizemos um esforço enorme, chegamos aqui treze horas, mas não foi possível concluirmos o relatório,

742

743

744

745

746

747

748

749

750

755

756 757

758 759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

além do que não estava pautado para hoje. Portanto iríamos ter um tempo adicional que poderia provocar um esvaziamento na reunião que não é do nosso interesse. Na porta do Hospital teve uma manifestação e não foi por nós convocada. Foi a população com movimento sindical e não sabíamos e nem esperávamos, pedindo a estadualização do Hospital, e o diretor achando até que havia participação nossa, mas não houve. Visitamos, mas não conseguimos ver tudo, porém vimos o suficiente para fazermos um relatório. Solicitou ao Senhor Presidente, e à Secretária Executiva, Elisabete Morais, dada foi a situação encontrada naquele Hospital, pautar neste Conselho na próxima reunião do dia vinte e quatro de abril, para assim se fazer uma apresentação digna do papel fiscalizador e deliberativo deste Conselho. O Senhor Presidente acatou a proposta da Conselheira Tereza Deiró, afirmando que na próxima reunião serão pautados os mesmos pontos de hoje, só que o primeiro não será uma apresentação, e sim fechará a avaliação. Portanto, terá mais tempo para tratar sobre o Hospital de Base de Itabuna. Franqueou a palavra no que ocorrer, salientando que todos receberam a documentação referente à proposta de credenciamento de leitos e retaguarda que foi aprovada pela CIB - Comissão Intergestores Bipartite. Frente à importância do tema resolvendo aqui no que ocorrer, submeteu à análise dos Senhores Conselheiros, destacando os principais pontos. Há um déficit de leitos, mesmo aqui em Salvador. Há muitos pacientes, como todos sabem que há um tempo de permanência grande em leitos de hospitais de emergência, ou seja, HGE, Ernesto Simões, terminam muitas vezes. Tendo um grande número de pacientes que precisam de acompanhamento por um longo tempo, mas que não precisam estar em um hospital de emergência. O que se precisa, a partir de um determinado momento, é principalmente, cuidado de fisioterapia, de enfermagem para a sua recuperação total. Frente a isso estudamos algumas alternativas com a Procuradoria e levamos para a CIB a proposta de que pudéssemos credenciar alguns leitos de retaguarda para pacientes atendidos em hospitais públicos. Este credenciamento não é para o hospital ser porta de entrada do SUS; esses leitos credenciados aqui propostos seriam acionados a partir dos hospitais públicos estaduais para pacientes que, em determinado estágio do tratamento, não precisassem mais de uma assistência aguda, de uma assistência de hospital de emergência, e com isso pudéssemos rodar mais, como usamos na gíria, os leitos agudos desses hospitais. Para desenhar a proposta técnica partimos do hospital Carvalho Luz que é um hospital público terceirizado, que tem este perfil. Fizemos algumas adequações, acrescentamos à questão do programa de internação domiciliar que será implantado neste ano, pois a idéia é que o paciente possa sair de um leito agudo, para um leito crônico, e deste para internação domiciliar; muitas vezes se faria esta següência. Foram feitos estudos para orientar a definição dos valores com bases e propostas que foram consultadas em valores de outras tabelas. Vocês podem observar que foi aprovada na CIB uma proposta que reduz o valor da diária á medida em que a internação se prolonga. No primeiro mês a diária seria de cento e noventa reais, no segundo mês cairia para cento e setenta, nos quinze dias subsequentes cento e cinquenta e, a partir do septuagésimo sexto dia, para cento e trinta. A lógica é de não estimular que esta internação seja também algo a perder de vista. Não é. É um leito de permanência maior, mas com o objetivo de recuperação deste paciente o mais rápido possível. A idéia é que o hospital se interesse em fazer também, com que o paciente não passe muito tempo internado neste leito, porque quanto mais ele tiver pacientes com menos de trinta dias, maior o valor da diária que ele receberá, e quanto maior for o número de pacientes com permanência mais prolongada, menor o valor que ele será remunerado. A utilização desses leitos será autorizada pela central de regulação, e não pelo hospital contratado. Colocou em discussão o assunto acima. A Conselheira Carmen Célia achou a iniciativa excelente e racionalizadora inclusive. Afirmou não ter visto nenhum aspecto negativo no rápido entendimento que teve da exposição do Senhor Secretário, inclusive os pontos que seriam críticos foram previstos e foram amarrados. Sobre a idéia de leito de retaguarda, quando se fala em epidemia e principalmente na da gripe aviária, por exemplo, que espera que nunca aconteça, perguntou se não se poderia pensar em mecanismos de retaguarda para uma situação emergencial em que isto já estivesse articulado e pronto do ponto de vista da legalidade, como uma estratégia que já pudesse ir sendo ser pensada. O Conselheiro Luiz Delfino achou muito importante o que a Conselheira Carmen Célia colocou. Como se está vendo aí agora a catástrofe no Rio de Janeiro, já imaginou se este projeto contempla de alguma forma, que você possa utilizar em uma situação de emergência, se já há x leitos que estão "cadastrados" ao sistema de saúde, que podem ser utilizados pela Central de Regulação em caso emergencial? É necessário ter outro critério, porque o período seria menor, mas uma coisa muito importante, até para deixar a Secretaria de Saúde com estrutura para qualquer processo de epidemia. O Senhor Presidente esclareceu que está sendo montada discussão sobre a elaboração de um plano, vamos chamar assim, plano para catástrofe. É um grupo constituído, inclusive o Comitê Estadual de emergência, para situação de calamidade. Não há um plano de contingência, e aí entra a questão de leitos, de atendimento, portanto, precisamos preparar para situações deste tipo. É interessante a proposta. Apostamos muito em fazer este trabalho, foi um investimento grande até para poder definir e sanear algumas questões, mas as dificuldades que vamos encontrar é que não temos muita oferta disponível, ou seja, são poucos os leitos hospitalares hoje em Salvador, que têm este perfil de atendimento e que teriam uma possibilidade de serem contratados, porque uma salvaguarda que foi garantida é que não podem ser leitos já contratados pelo SUS. Então, por exemplo, um hospital como o de Irmã Dulce, que já tem todos os seus leitos SUS, só poderia colocar um leito neste proposto aqui se abrisse novos leitos; se reformasse uma área e criasse novos leitos. Todos os leitos dele já estão 100% contratados. Não temos muitos possíveis candidatos, e os que têm, têm uma oferta pequena. Acredita que esta é uma iniciativa importante, mas que não vai dar conta de toda a necessidade. Paralelos a isso estão sendo feitos alguns investimentos em ampliação de leitos próprios da SESAB, por exemplo, o Eládio Lassére, que tem uma estrutura com poucos leitos, mas com serviços que podem dar conta de uma ampliação. Já estamos com o projeto de ampliar o número de leitos de lá para dar conta um pouco desta necessidade. Colocou em aprovação a proposta, que foi aprovada à unanimidade.

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

O Conselheiro Luiz Delfino ressaltou que foi colocado aqui muito sobre transparência, sobre comunicação, e nós prestadores de servicos gostaríamos de melhorar cada vez mais este intercâmbio com a Secretaria da Saúde. Por exemplo, neste mês passado sofremos muito em recebermos pagamento só no dia vinte, por problemas de informática, de tabela, e isso o prestador sofreu lá no interior, e na Capital; então precisaria ter comunicação. Olhe, está havendo um problema de informática, e a previsão de pagamento é tal dia. Porque o prestador começa a se programar, até por seus fornecedores, seus funcionários, de como é que vão ser os seus pagamentos. Isso aí vira um desgaste que fica cada prestador reclamando de um lado, ligando para a Associação dos Hospitais, no sentido de se informar. Isso é importantíssimo para que cada vez se fale melhor, porque estamos vendo ações que estão tendo realmente um resultado positivo. Queremos criar este diálogo permanente com a SESAB para assim estarmos sempre informados. Existem as Associações dos Hospitais, existem os Conselheiros que estão aqui na casa, eu como suplente e o presidente da Associação, o titular; sempre estamos presentes. É preciso ter este intercâmbio para que se fale com presteza de todas as ações da SESAB. Fortaleceu a idéia da Deputada Fátima, também quando colocou que o município não está capacitado para receber municipalização de um hospital. Às vezes, não estar capacitado para administrar o seu SUS, o seu PAB. Disse que hoje ao passar em Serrinha quando vinha para cá e a Secretária que está assumindo, pois lá trocou de prefeito, está em dificuldade de como é que se faz os pagamentos, e disse que iria consultar o Conselho, para ver como realmente se procede, mas não chegou a tempo em minhas mãos. Então fica aí a questão de Serrinha que está em reclamo; o hospital existe, mas não funciona; é um hospital que deveria servir à região sizaleira toda. Existe na SESAB uma proposta de reestruturar o município, de tornar pleno para que ele administre o Hospital; porém, está vendo que não está bem capacitado para receber este Hospital. A Gestão municipal não está capacitada para assumir uma estrutura grande para pôr para funcionar o hospital, que hoje só faz ambulatório em Serrinha. O Senhor Presidente explicou ao Conselheiro Luiz Delfino, que há a questão do problema do processamento que ocorreu nos primeiros trimestres. Houve uma mudanca grande na tabela do SUS. Tínhamos uma tabela ambulatorial e uma hospitalar, a famosa SIA e SIAH. Há uns dois, três anos o Ministério da Saúde vem construindo o processo de mudança para uma tabela, chamada tabela unificada, que segue uma outra lógica, e é uma só tabela, um só sistema de informação, que processa procedimentos ambulatoriais e hospitalares. Como qualquer mudança, temos algumas dificuldades no processo de implantação, e o Ministério da Saúde através do DATASUS, que é o Departamento de Informática, bateu muito a cabeça. Tivemos muita dificuldade estamos tendo ainda para viabilizar o processamento, especialmente nos procedimentos hospitalares. No primeiro mês, como ficava o DATASUS soltando novas versões, já saiu umas treze versões diferentes, como ficava o DATASUS, corrigindo e soltando uma versão nova, aí ficava aquela expectativa de resolver o problema e aí adiou, até que chegamos ao ponto em que resolvemos fazer um ponto pela média dos meses anteriores. Relatou que ontem esteve em uma reunião em Brasília, no Departamento de Regulação do Ministério da Saúde e a informação que recebeu lá, ao questionar que se não tiver solução para esta semana, que o informasse, para não atrasar de novo, e o pessoal colocou que realmente, a curto prazo, ou seja, para resolver o pagamento de fevereiro, ainda vai penar um pouquinho. Registrou que hoje conversou com o pessoal do Fundo, e com Cláudia, a Diretora de Controle e Avaliação, e disse que vai pagar fevereiro, também pela média. Isso é um esforço grande, porque quando resolver o processamento terá de ser feito o encontro de contas, ver quem tem diferença a mais, diferença a menos; vai dar uma trabalheira pesada, mas é melhor do que atrasar, como o Conselheiro Luiz Delfino colocou, porque compromete o cronograma de pagamento aos trabalhadores. E quanto à Serrinha, informou que a equipe já está trabalhando com a Prefeitura, e a avaliação é que, em vez de estadualizar o hospital, deverá qualificara gestão do hospital. Colocou-se à disposição para o que for necessário de apoio técnico, capacitação, inclusive, suporte no financiamento para o Hospital. Mas, considera que seria um retrocesso neste momento estadualizar o hospital de Serrinha. Concluiu dizendo insistir quanto ao esforço total para apoiar a gestão municipal. O Conselheiro Josivaldo Gonçalves perguntou em que Hospital está sendo implantado, e se é a Santa Casa que está fazendo transplante renal. Sobre o relatório do Hospital de Base de Itabuna, estamos nos comprometendo em segunda-feira encaminhar ao Senhor Secretário, pois teremos uma audiência, juntamente com os Vereadores de Itabuna e o Deputado Edson Pimenta, às 18h. Apelou, pois já procurou a Diretoria de Atenção Básica, na pessoa de Ricardo, e também já conversou com alguns técnicos, que vai haver em agosto a 3ª Amostra Nacional do PSF em Brasília e até agora não tem nenhuma informação, a não ser o que está lá no site do Ministério da Saúde, sobre a questão das inscrições. O Ministério da Saúde tem um número de inscrições de participantes; há um percentual de Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos, Enfermeiros para participarem. Solicitou informações a respeito de qual é o percentual e como vai se dá. Como já foram duas vezes e não teve a resposta, solicitou que fosse feita a consulta e que fosse dada uma pressionada. O Senhor Ricardo da DAB - Diretoria de Atenção Básica, com relação à solicitação do Conselheiro Josivaldo Gonçalves disse que fez a consulta ao Ministério e que são duzentas e oito vagas para agentes comunitários de Saúde, duzentas vagas para os demais profissionais e sessenta e sete para os gestores. O Senhor Presidente perguntou se todas essas quinhentas vagas eram só para a Bahia. O Senhor Ricardo afirmou que sim e informou que a inscrições iniciarão no dia primeiro de abril. O Senhor Presidente sugeriu, caso os Senhores Conselheiros concordem, que a Diretoria da Atenção Básica fizesse a distribuição dessas vagas entre os municípios para que não ficasse aquela coisa de que quem chegar primeiro, efetuar a inscrição. Propôs fazer uma distribuição das vagas proporcionalmente e que fosse publicada no site, mandando informação para o Ministério como uma resolução do CES, se todos concordarem. A proposta do Senhor Presidente foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Tereza Deiró resgatou a questão da negociação dizendo que foi feita pela mesa setorial de negociação dentro da mesa central de negociação. Aprovamos um acordo, cujo acerto é preciso colocar aqui mesmo com a plenária já prejudicada, que

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874 875

876 877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

estamos somando um prejuízo com relação à forma de como conseguimos conduzir, digo conseguimos porque estou na mesa e assinei o acordo, naquela quinta-feira Santa, onde fizemos aquela entrevista coletiva, assinamos, teve aquela solenidade, onde o Secretário de Administração Dr. Manoel Vitório convocou a mesa central. Mas a última mesa setorial, exceto, o pessoal da Segurança Pública, a assinar o acordo, foi a Saúde por considerar que a nossa pauta de reivindicação, em particular, àqueles quatro pontos que consideramos emergencial para dois mil e sete, dos dezessete pontos de uma pauta, portanto há um débito aí de conversa e negociação para ver se melhora a situação dos trabalhadores de Saúde. Quero ao mesmo tempo, registrar que, os trabalhadores do nível superior acumularam um prejuízo considerável, tendo em vista que ficarão, com os 4,46% até outubro deste ano. É para isto ser pensado; 4,46%, mais 3,75%, mais a incorporação do 0,77%, equivalente à venda dos cinco dias de férias para todos os trabalhadores, ou seja, cinco dias de férias serão incorporados ao salário na forma de uma divisão, porque é uma conta acumulativa e chata de ser feita, mas é 0,77%, que vai dar estes 3,75%. No final, em outubro é que o nível superior terá 9,21%. Mais uma vez esses trabalhadores que tiveram 4,5% em dois mil e sete, não estamos fazendo uma comparação dos que foram os 17,28%, porque foi um acordo nosso com vistas a acabarmos a herança maldita do salário abaixo do mínimo. Mas é bom registrar neste Conselho que houve e, ainda está havendo uma luta muito grande e esperamos que esta correção venha com a construção do Plano de Carreira, Cargos e Salários, que inclusive lamentei e comentei com Rosângela Katayose de terem marcado a reunião ampliada da discussão do Plano de Carreira, Cargos e Salários, sendo eu titular do GT, no mesmo dia da reunião do Conselho. Foi muito ruim, embora eu não esteja subestimando a participação, a capacidade e competência, do companheiro, meu suplente que se encontra na reunião, neste momento, no mesmo horário. Mas perdemos, pois tem o fio da meada, e tanto o titular, como o suplente perde, pois eu disse que é prioridade e não houve comunicação. Afirmou ter feito um apelo para que fosse remarcada, mas infelizmente, por outros motivos, que não cabem aqui avaliar, a reunião permaneceu no dia da reunião do Conselho. Registrou e apelou ao Senhor Presidente, para que através do Dr. Washington Couto, que é membro e está coordenando a mesa setorial que, estejam atentos, não só à questão de procurarmos equacionar com uma proposta que fizemos de que se veja a questão do nível de complexidade de que consigamos ... O Senhor Presidente informou à Conselheira que a mesa setorial é coordenada pela Secretaria de administração e não por Dr. Washington Couto. A Conselheira Tereza Deiró falou que como Conselheira e membro da mesa terá que rever isto. Disse que conversou com Dr. Washington Couto, e está colocando isso porque quer que fique registrado em ata de que a mesa setorial tem que se reunir para atender a uma questão de prazo; quer deixar isto bem claro, porque era uma quinta-feira Santa quando foi feita aquela solenidade que era um apelo de Dr. Manoel Vitório Secretário de Administração de fecharmos um acordo com oito pontos de ressalvas, que são muito importantes. Ressaltou que não poderia finalizar a sua fala no que ocorrer, para dizer a todos que ainda permanecem aqui, esses guerreiros de sempre, que foi de extrema importância e que nos fez fechar o acordo, que foi o retorno do pagamento da produtividade para os trabalhadores do interior, que há dez anos paulatinamente vinham sendo penalizados. Isso significa concretamente, no mínimo duzentos e cinquenta reais de retorno ao salário do trabalhador. É no mínimo porque é 60% do salário base, portanto 60% x R\$415,00 que é o menor vai dar este valor. Solicitou uma salva de palmas pela vitória, lamentando a ausência do Deputado José das Virgens. Registrou ainda a necessidade de se debruçar para a agilidade do Plano de Carreira, Cargos e Salários para poder acudir mesmo o pessoal de nível superior. Portanto urge esta questão do plano de carreira que consigamos antecipar e não esperar com o apagar das luzes de trinta e um de agosto que é o compromisso do Governo dar a conclusão. O Senhor Presidente registrou que a lembrança da Conselheira Tereza Deiró foi muito importante, dizendo que, infelizmente nenhum veículo de comunicação deste Estado divulgou que do acordo que foi fechado, fazia parte este pagamento das chamadas GICs mínimas para os municipalizados. Falou que rastreou todos e que nenhum divulgou. É muito importante registrar isto neste Conselho até porque, o impacto financeiro não é pequeno. Disse que fez um levantamento, aquele estudo que a SAEB fez é o impacto de doze milhões. Ali está subestimado de longe; o impacto será muito maior do que a SAEB calculou. Na hora que sair o contracheque, sair a folha vocês irão ver que a diferença não vai ser pequena. O cálculo deles está completamente errado, porque o equívoco deles é que o Governo do Estado não tem efetivamente o controle informatizado de quais são os profissionais que estão municipalizados e estão sem, receber. Lembrou que entre os pontos da mesa de negociação estava a agilidade da questão do pagamento da insalubridade, que teve um avanço grande. Foi uma quantidade imensa de trabalhadores que voltaram a receber insalubridade com esta negociação; parece que setecentos e treze. Isto também vai representar um ganho para os trabalhadores. Informou também que foram aposentados mil e seiscentos trabalhadores em pouco mais de um ano. Estão sendo aposentados cento e cinquenta trabalhadores por mês. Pessoas que tinham o direito já conquistado de aposentadoria, mas que estavam com dois, três, quatro anos com o processo represado. E ainda tem algo em torno de mil e oitocentos processos em análise, ou seja, há toda condição de chegarmos ao final deste ano, em apenas dois anos, com mais ou menos treze mil pessoas aposentadas no quadro da SESAB. Se lembrarmos que este quadro de trabalhadores ficou muitos anos sem concurso é natural que este seja um quadro de trabalhadores, com a faixa etária bastante avançada e muitos têm direito à aposentadoria. O Conselheiro Francisco José parabenizou o Conselho em nome do Presidente pela apresentação do fechamento do último trimestre do ano e o que foi também o ano em relação à questão da Saúde, onde percebemos que outros atores, do nosso ponto de vista já deveriam estar mais inseridos neste processo. A forma como eles até se surpreendem diante do que acontece aqui nesta Casa em relação à saúde, e a verdade da forma de como é colocada de todo este processo que vem sendo reconstruído desde a mudança do Governo do Estado da Bahia e que muita coisa ainda precisa ser dita. Informou que entre o final do mês passado e o início deste mês foi lançado um projeto para se notificar acidente grave de trabalho através de um censo que vem sendo feito com

919

920

921 922 923

928 929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

o pessoal da Universidade, do Instituto de Saúde, Coletiva, do CESAT e do CEREST/Salvador. A idéia é que no dia vinte e oito de abril, dia em que são homenageadas as vítimas de acidentes de trabalho, dia internacional, seja apresentado na reitoria da Universidade um censo com resultado dessas notificações. Algumas unidades foram credenciadas; o trabalho está sendo feito e depois disso provavelmente, algumas unidades, tanto do Estado, hospitais, que estão aqui no município de Salvador, como alguns pronto-atendimentos da rede municipal vão ser credenciados como a rede sentinela de saúde do trabalhador para fazer este tipo de serviço que acreditamos que dará um plus diferente na realidade do que se tem hoje, principalmente em Salvador e Região Metropolitana, no que se refere aos acidentes de trabalho graves com óbito. Tal convite para o Conselho, apesar de entendermos que deverá chegar para os Conselheiros este convite para esta programação do dia vinte e oito. Colocou a necessidade, que com certeza se terá, da parceria para com este Conselho, para que este projeto vá adiante devido principalmente, ao que já se percebe de dificuldades, por conta de ser algo novo da inserção deste projeto dentro das unidades de saúde, sejam elas os hospitais ou a própria unidade da rede municipal de saúde. Provavelmente, acredita que deverá ser solicitado a este CES trazer a discussão, para que se possa facilitar e promover mais uma ferramenta dentro da questão da saúde aqui dentro do nosso Estado. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão, e agendando a próxima reunião para o dia 24 de abril de 2008, quinta-feira, às 15 horas, Não havendo mais o que tratar, eu Elisabete Lima de Morais, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos Senhores Conselheiros, após lida e aprovada. Salvador, 27 de março de 2008.

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

1013

994 995 Dr. Jorge José Santo Pereira Solla – Presidente do CES 996 Dr. Washington Luis Silva Couto___ 997 Elisabete Lima de Morais – Secretária Executiva do CES 998 Carmen Célia Carvalho Smith 999 Ednésio Oliveira de Jesus 1000 Gleide Lúcia Ramos Góis de Oliveira Francisco José Sousa e Silva_____ 1001 1002 Izolda Souza Cardoso_____ 1003 Jecé Freitas Brandão 1004 Jedson dos Santos Nascimento_____ 1005 Jorge Geraldo de Jesus Rosário 1006 Josivaldo de Gonçalves_____ 1007 Luiz Delfino Mota Lopes__ 1008 Maria Madalena Fernandes de Souza____ 1009 Márcia Cristina Graça Marinho_____ 1010 Silene Ribeiro Martins_ 1011 Tereza Cristina Bomfin de Jesus Deiró___ 1012 William de Carvalho Regis